

**UERN – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE
FACEM – FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL**

CLAUDEMIR LOPES DA COSTA

**A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19, NO CENTRO DA CIDADE DE
MOSSORÓ (RN)**

MOSSORÓ/RN

2021

CLAUDEMIR LOPES DA COSTA

**A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19, NO CENTRO DA CIDADE DE
MOSSORÓ (RN)**

Monografia apresentada ao Curso de Gestão Ambiental, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental no semestre letivo 2020.2.

Orientador (a) Prof.(a) Márcia Regina Farias da Silva

Mossoró/RN
2021

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

C837v COSTA, CLAUDEMIR LOPES DA
VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19, NO CENTRO DA CIDADE DE
MOSSORÓ-RN. / CLAUDEMIR LOPES DA COSTA. -
Mossoró, 2021.
55p.

Orientador(a): Profa. Dra. MÁRCIA REGINA FARIAS
DA SILVA.

Monografia (Graduação em Gestão Ambiental).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Pessoas em Situação de Rua. 2. Vulnerabilidade
Social. 3. Sustentabilidade Ambiental. 4. Condição de Rua.
5. Covid-19. I. SILVA, MÁRCIA REGINA FARIAS DA. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III.
Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

CLAUDEMIR LOPES DA COSTA

**A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE RUA, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19, NO CENTRO DA CIDADE
DE MOSSORÓ (RN)**

Monografia apresentada ao Curso de
Gestão Ambiental, da Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte (UERN),
como requisito obrigatório para obtenção
do título de Bacharel em Gestão
Ambiental no semestre letivo 2020.2.

Orientador (a) Prof.(a) Márcia Regina
Farias da Silva

Aprovado em: 17 /06 / 2021.

Banca Examinadora

Márcia Regina Farias da Silva

Profa. Dra. Márcia Regina Farias da Silva (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Departamento de Gestão Ambiental – DGA

Raimundo Nonato do Vale Neto

Prof. Me. Raimundo Nonato do Vale Neto
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Departamento de Gestão Ambiental – DGA

Anne Lizabelle Leite Duarte Mascarenhas

TNS. Me. Anne Lizabelle Leite Duarte Mascarenhas
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Pró-Reitora de Extensão – PROEX

A minha Mãe, mulher forte e amável que sempre me apoio em minhas escolhas.

Ao meu Pai de saudosa memória, homem simples, corajoso que nunca mediu esforços para nos dar tudo de melhor em nossas vidas.

Aos meus Irmãos e Irmã que sempre estiveram junto de mim nas lutas e desafios de nossas vidas.

A todas as Pessoas em Situação de Rua que posso reconstruir suas vidas nessa dura caminhada, que sejam visíveis aos olhos do mundo.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Deus, ao Senhor Jesus Cristo, “O Senhor” da vida encarnado na vida do povo pobre sofrido, que me acompanha em minha trajetória da vida, sendo fonte de luz que guia meu caminho.

Aos Família obrigado por fazer parte de minha de vida, foram tantos momentos lindo vividos e tantos desafios nesses últimos três anos.

A meu Pai Júlio, aos meus irmãos Augusto e Pedro Paulo de saudosa memória, sei que estão juntos a mim nesse momento de conquista.

Aos meus amigos e irmãos que a vida me deu, companheiros de vida, de fé e de caminhada.

Aos movimentos sociais que me ajudaram a querer lutar por um mundo mais justo e igualitário.

Ao Pastoral do Povo de Rua de Fortaleza e Salvador que foram fonte de inspiração para escolha do tem a dessa pesquisa.

As pessoas em situação de rua que motivaram a realização desta pesquisa, que a sociedade e os governantes lancem um olhar de esperança para esses grupos.

As instituições e pessoas que colaboraram com a realização da pesquisa, a Prefeitura Municipal de Mossoró e aos colaboradores.

Aos professores e professoras do Departamento de Gestão Ambiental, de forma particular a orientadora desta pesquisa, professora Márcia Regina Farias da Silva.

A Professora Márcia Regina minha orientadora pela paciência e sabedoria de me guiar na construção dessa pesquisa.

Aos avaliadores Professor Raimundo Nonato do Vale Neto e a TNS. Anne Lizabelle Leite Duarte Mascarenhas pela prontidão em participarem da leitura e avaliação deste trabalho.

Ao professor Luiz Tavernard de Souza Neto pelos ensinamentos na disciplina monografia.

Aos colegas do curso de Gestão Ambiental que estiveram comigo ao longo desta caminhada.

À todos que fazem a FACEM, pela acolhida.

E por fim, todos aqueles que acreditam em mim e fazem parte de minha história de vida e também contribuíram para construção desse trabalho.

“Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação

Sendo assim, fica evidente que cada leitor é co-autor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque para compreender e interpretar a partir do mundo que habita” (Leonardo Boff)

RESUMO

Pessoas em situação de rua é uma realidade das cidades de médio e grande porte nos centros urbanos, sobretudo, em países que tem como características problemas de desigualdade social. Muitas são os fatores que contribuem para esse fenômeno social desde questões pessoais como rupturas com laços familiares, problemas de saúde mental, uso de drogas e álcool, problemas com a justiça, violência domésticas no caso de mulheres, crianças e adolescente, questões de ordem social como desemprego, perda de moradia, pobreza, miséria, etc. O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a realidade socioambiental das pessoas em situação de rua do centro da cidade de Mossoró, RN, sob a ótica da sustentabilidade ambiental, a partir de uma visão das políticas públicas locais voltadas para essa população. Como procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, visando obter informações sobre programas, projetos e atividades desenvolvidas junto as pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró; foi realizado também o envio de um inquérito por e-mail para os representantes de instituições que trabalham diretamente com esse público, no intuito de reunir informações sobre as ações desenvolvidas na cidade; e por fim, realizou-se a espacialização das pessoas em situação de rua em Mossoró. Verificou-se que as políticas públicas são escassas e que as pessoas em situação de rua são indivíduos sociais invisíveis para o poder público e para a sociedade. Eles acabam carregando o estereótipo de vagabundos, desocupados, bandidos etc., ficam exposto a estressores ambientais como, frio, calor, chuvas, entre outros. Constatou-se, ainda que, o Consultório na Rua vem realizando um trabalho significativo junto as pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró. Conclui-se, que para quebrar as correntes do preconceito em relação a esse grupo social, deve-se como primeiro passo contribuir para a construção de uma vida digna para esses indivíduos. Somente por meio da formulação de políticas públicas será possível mudar a conjuntura social, econômica e ambiental dessas pessoas. É preciso compreender suas diversidades, suas individualidades, suas demandas pessoais e coletivas. Criar ferramentas sociais que ao mesmo tempo favoreça meios de uma mudança de vida e de sua reintegração na sociedade.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioambiental; Políticas públicas; Desigualdade social;

ABSTRATC

Homeless people are a reality in medium and big cities in urban centers, especially in countries characterized by problems of social inequality. Many factors contribute to this social phenomenon, from personal issues such as ruptures with family ties, mental health problems, drug and alcohol use, problems with justice, domestic violence in the case of women, children, and adolescents, social issues such as unemployment, loss of housing, poverty, misery, and others. This study aimed to analyze the social and environmental reality of homeless people in the city center of Mossoró, RN, from the perspective of environmental sustainability, from a view of local public policies aimed at this population. As a methodological procedure, we performed bibliographical and documental research, to obtain information about programs, projects, and activities developed with people living on the streets in the city of Mossoró; an inquiry was also sent by e-mail to representatives of institutions that work directly with this public, to gather information about the actions developed in the city; finally, the spatialization of people living on the streets in Mossoró was performed. It was observed that public policies are scarce and that people living on the streets are social individuals who are invisible to public authorities and society. They end up carrying the stereotype of vagabonds, idlers, bandits, they are exposed to environmental stressors such as cold, heat, rain, among others. It was also found that the Consultório na Rua has been carrying out significant work with people living on the streets in the city of Mossoró. It is concluded that to break the currents of prejudice concerning this social group, the first step should be to contribute to the construction of a dignified life for these individuals. Only through the formulation of public policies will it be possible to change the social, economic, and environmental situation of these people. It is necessary to understand their diversities, their individualities, their personal and collective demands. Create social tools that at the same time favor ways of changing their lives and reintegrating them into society.

Keywords: Social and environmental vulnerability; Public policy; Social inequality.

LISTA DE SIGLAS

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

SMADS - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transgênero

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

PopRua – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Modalidades das Equipes do Consultório de Rua, 2021.....	29
Tabela 2. Incentivos por Modalidade das Equipes do Consultório de Rua, 2021.....	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa - Locais De Referência "Ocupação das Pessoas Em Situação de Rua No Centro da Cidade de Mossoró (RN), 2021.....	37
Figura 2: – Praça da Catedral de Santa Luzia, Mossoró (RN), 2021.....	40
Figura 3 – Praça do Pax, Mossoró (RN), 2021.....	40
Figura 4 – Praça do Museu (RN), 2021.....	40
Figura 5 – Praça do Relógio, Mossoró (RN).....	40
Figura 6 – Praça do Museu, Mossoró (RN).....	41
Figura 7 – Memorial da Resistência, Mossoró (RN).....	41
Figura 8 – Hotel Caraúbas, Mossoró (RN).....	41

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL.....	7
2.2 PERFIL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	10
2.3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	15
2.4 COMPREENDENDO A CIDADE, A RUA ENQUANTO MORADIA.....	17
2.4 A VULNERABILIDADE SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E PANDEMIA DO CONVID-19.....	20
3. METODOLOGIA	23
3.1 CARATERIZAÇÃO.....	23
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDEM A POPULAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE MOSSORÓ.....	26
4.2 O CONSULTÓRIO NA RUA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	29
4.3 REFLEXÕES SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A SUA ESPACIALIZAÇÃO NA CIDADE DE MOSSORÓ (RN).....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47
Apêndices	50
Anexos	54

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea encontra-se próxima a uma catástrofe socioambiental, em virtude do avanço dos níveis de desigualdade social e de toda problemática ambiental. A humanidade não foi capaz ao mesmo tempo em que conseguiu avançar em áreas como, por exemplo, na ciência, na tecnologia, na economia, no acesso a informações e diminuir as consequências da pobreza, da desigualdade social e da exclusão das minorias, da poluição ambiental. Isso se dá pela cultura do consumo exacerbado e pelo acúmulo de riqueza por uma pequena parcela da população e dos países ricos em detrimento da maioria, gerando assim uma gama de problemas sociais.

Nesse contexto surge a população em situação de rua, uma problemática social urbana nas cidades de médio e grande porte. Pessoas que por motivos diversos como o desemprego, as drogas, as doenças psicológicas, dentre outras, encontram nas ruas um ambiente de moradia.

O interesse em realizar um estudo sobre a população em situação de rua teve início a partir de trabalhos voluntários realizados na Pastoral do Povo de Rua, em Fortaleza, CE, e Salvador, BA entre os anos de 2005 e 2008. Naquela época, foi possível observar várias circunstâncias conflitantes, histórias de vidas marcadas pela dor, pelo sofrimento, pelo desemprego, pessoas que perderam tudo na vida e encontravam-se nas ruas dessas cidades em uma situação sub-humana de vida.

Um fato que na época chamou a atenção para essa questão e que ainda é perceptível, é a ausência de Políticas Públicas e a invisibilidade social dessas pessoas. Apesar do interesse pelo tema ser antigo, somente agora pude retomar a ideia de realizar um estudo mais aprofundado, motivado, sobretudo, pelo Curso de Gestão Ambiental e pela discussão de temas relevantes como: o desenvolvimento sustentável, a teoria socioambiental e a visão holística acerca do meio ambiental, entre outros.

Nessa direção, é impossível se pensar uma cidade sustentável e um meio ambiente equilibrado, quando além da degradação ambiental há pessoas vivendo em condições sub-humanas de vida nas ruas dos centros urbanos do Brasil e do mundo.

A sustentabilidade é sobre atitude uma ação coletiva que busca garantir o equilíbrio dos recursos naturais para nossa geração e para as gerações futuras. É um olhar a partir das múltiplas dimensões tendo como base o tripé social, ambiental e econômico sem eles o desenvolvimento sustentável não é possível.

Nesse sentido, é possível realizar o seguinte questionamento: como podemos compreender uma sociedade sustentável com pessoas em situação de rua e vulneráveis social e ambientalmente?

Nesta pesquisa parte-se da hipótese que as pessoas em situação de rua do centro da cidade de Mossoró, vivem em situação de vulnerabilidade sem ter suas demandas atendidas em decorrência da ausência de políticas públicas. Assim, a condição de rua tende a agravar a vulnerabilidade social, ambiental e econômica das pessoas.

Diante do exposto e considerando a relevância do tema, o presente trabalho tem por objetivo geral, analisar a realidade socioambiental das pessoas em situação de rua do centro da cidade de Mossoró, RN, sob a ótica da sustentabilidade ambiental. E, como objetivos específicos: (i) identificar políticas públicas que atendam as demandas da população de rua da cidade de Mossoró, (ii) descrever o funcionamento das ações desenvolvidas por grupos e instituições, de forma particular do Consultório da rua em Mossoró, e por fim, (iii) apresentar uma reflexão sobre as condições de vida das pessoas em situação de rua e a espacialização dessas pessoas na cidade de Mossoró.

Espera-se, com a realização desta pesquisa, que os seus resultados possam servir para orientar políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró, sobretudo, no atual momento pandêmico que requer uma atenção especial para as pessoas menos favorecidas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

Historicamente, a sociedade capitalista e o seu modo produção baseado na exploração do trabalho e na luta de classes gerou desafio socioambiental e econômico nunca visto. Dentre esses problemas pode-se destacar o êxodo rural, o crescimento desordenado das grandes cidades, produção de lixo e resíduos sólidos sem o devido destino correto, exploração da forma de trabalho, acúmulo de riquezas, pobreza, desmatamento e queimadas de áreas verdes para a expansão do agronegócio e pecuária, poluição do meio ambiente dentre outros.

A Revolução Industrial que surgiu na Inglaterra do século XVIII, espalhando-se por toda Europa, fez com que as pessoas que antes viviam no campo da agricultura de subsistência migrassem para os grandes centros em busca de melhores condições de vida e trabalho, o que em muitos casos não acontecia. As cidades começaram a inchar e essas pessoas que não conseguiam uma condição de vida e trabalho digno nos grandes centros começou a se aglomerar nas periferias das cidades, “surgindo o pauperismo, e no seu cerne encontra-se a população em situação de rua” (SILVA, 2016, p. 17).

A sociedade capitalista e o acúmulo de riquezas são os principais responsáveis para o agravamento da pobreza e da miséria na sociedade moderna e contemporânea, pois, seu modelo econômico baseia-se fundamentalmente na exploração da força de trabalho e no lucro, deixando de fora do seu foco a promoção do bem-estar social.

Podemos inferir que essas foram as condições histórico-estruturais do surgimento do fenômeno população em situação de rua e conseqüentemente, sua produção/reprodução está vinculada ao surgimento das sociedades capitalistas em seu processo acumulação do capital (SILVA, 2016, p.19).

No Brasil, assim como em todo mundo, esse processo de capitalização gerou grandes problemas sociais, em especial, a partir das primeiras décadas século XX, com o início do processo de industrialização e êxodo rural.

Conforme Silva (2016) nos grandes centros muita gente não conseguia trabalho o agravando o número de pessoas desempregadas e por consequência os índices de pobreza, ao surgimento das favelas nas periferias das cidades e aumento das pessoas em situação de rua, “Sob essas condições um grande contingente de trabalhadores desempregados, utilizam alternadamente os espaços da rua com instituições de abrigos, entretanto, essas alternativas, associadas a atividades intermitentes permitem somente garantir a sua sobrevivência”. (SILVA, 2016, p.19).

Nessa direção o mundo moderno trouxe consigo outro fenômeno chamado a globalização, que somente vem a agravar toda problemática social em especial dos países

menos desenvolvidos. “A globalização é um processo ilusório feito em relações de interdependências, mas na verdade de dependência dos grandes conglomerados globais e dos capitais especulativos que dominam as economias periféricas” (BOFF, 2002, p. 33). Esse modo de produção não tem nenhum interesse no bem-estar social das populações pobres, seu único interesse é o lucro e o acúmulo de riquezas, para Boff (2002), essa falta de preocupação e interesse com o bem-estar dos povos é gerador de milhões de excluídos em todo mundo.

Um dos grandes problemas da nossa sociedade é que a base moral do sistema econômico é pautada no lucro e no acúmulo de riquezas gerando em torno de si mesma uma sociedade doente no seu cerne, cheio de feridas sociais como pobreza, miséria, doenças físicas e mentais, violência, desemprego, drogas, condições precárias de vida, poluição, degradação da vida humana e da vida ambiental, ou seja, uma total falta de cuidado com o ser humano e com o meio ambiente no qual ele vive. O sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra, da falta de cuidado (BOFF, 1999).

É nesse contexto desolador no qual vivem ou sobrevivem a população em situação de rua, uma população esquecida, talvez de todos os excluídos da sociedade a população de rua seja os excluídos dos excluídos. Essa população pertence ao mundo real e embora pouco reconhecida, é vista nas ruas, nos viadutos, embaixo de pontes, existem fisicamente, são pessoas compelidas a viverem nos mais diversos ambientes, áreas degradadas, albergues (SILVA 2016).

Estão fora da pauta das políticas sociais, são incluídos junto a políticas públicas que atendam demandas mais amplas como desemprego, moradia, combate as drogas. Há uma ausência e um olhar direcionado a condição de rua, que busque compreender e atender suas carências socioambiental.

Segundo Boff (1999, p.18) “há um descuido e um descaso manifesto pelo destino dos pobres e marginalizados da humanidade, flagelados pela fome crônica, mal sobrevivendo [...]”.

É indiscutível que a população de rua é fenômeno social urbano, é um retrato da desigualdade social nas grandes cidades do mundo e do Brasil, “é nas capitais dos estados e em municípios mais populosos que a uma maior concentração desse contingente populacional por disporem de maiores recursos e possibilidades de acesso a trabalhos e assegurar a sobrevivência nas ruas” (SILVA, 2016, p.27).

Uma das características mais comuns nos centros urbanos de grande e médio porte é se observar pessoas em situações de rua, grupos que espalham principalmente nos centros das

idades e fazem das calçadas, praças, de baixo de pontes e viadutos um lugar para “morar”, vivendo em condições sub-humanas de vida, “Não só nas grandes cidades em extensão territorial e populacional - São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Salvador - é possível observar uma grande quantidade de pessoas dormindo no “meio da rua”. (OLIVEIRA, 2015, p. 47).

No ano de 2008 o primeiro censo sobre população de rua, definiu como sendo Pessoas em situação de rua:

São entendidas como população em situação de rua as pessoas que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite espaços tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estação de trem e rodoviárias, à margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô outras construções com áreas internas ocupadas, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição a violência. Foram ainda consideradas componentes da população em situação de rua as pessoas que dormem em albergues e abrigos, de forma preferencial ou ocasional, alterando o local de repouso noturno entre as instituições de rua (RESENDE E MENDONÇA 2019, *apud* PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO DE RUA, 2008).

O processo de empobrecimento nos centros urbanos do Brasil historicamente se deu através do êxodo rural e por consequência falta de trabalho e moradia digna, o que ocasionou o surgimento e ou crescimento das favelas e periferias. No entanto, com o passar do tempo e agravamento das desigualdades sociais, falta de trabalho, falta de moradia, uso de álcool e drogas, pessoas com doenças psiquiátricas, violência doméstica que ocasionam a quebra de vínculos familiares, problemas com a justiça, ausência de políticas públicas, etc. o contingente de pessoas em situação de rua nas cidades do Brasil tem aumentado assim como o seu perfil e sua origem, por isso, é possível observar que “o panorama atual indica, entretanto, que a maioria das pessoas em situação de rua são proveniente de áreas urbanas, sendo o deslocamento do campo para cidade não mais uma realidade frequente”. (BRASIL 2009, *apud* SICARI, ZANELLA 2018).

De acordo com Resende e Mendonça (2019) a falta do conhecimento e das especificidades dessa população é o que dificulta a implementação de políticas públicas efetivas. O que dificulta a realização de um censo com a população de rua, segundo órgãos públicos, é a falta de moradia fixa ou de lugar fixo onde possa encontrar, identificar e contabilizar essas pessoas. No entanto, para se realizar políticas públicas efetivas é preciso que o censo demográfico que abranja também as pessoas em situação de rua.

Se a população em situação de rua é invisível para as políticas demográficas e de acolhimento, é por outro lado, excessivamente visível as forças de ordem pública,

sendo as políticas repressivas e higienista frequentemente observadas, especificamente na cidade de São Paulo (RESENDE, MENDONÇA 2019, p. 6).

No ano de 2016, um relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) apresenta uma estimativa que até aquele a população em situação de rua no Brasil seria de 101.854 pessoas (RESENDE, MENDONÇA 2019).

Num período de apenas quinze anos a quantidade de pessoas em situação de rua na cidade São Paulo pulou de 8.706 pessoas no ano de 2000 para 15.905. (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS/ Prefeitura de São Paulo).

No ano de 2019 a Secretária de Assistência Social de São Paulo realizou um novo censo da população em situação de rua para além de identificar a quantidade tinha também como objetivo traçar um perfil dessa população. A pesquisa identificou um aumento de 53%, ou seja, um salto de 15.905 em 2015 para 24.344 pessoas em situação de rua. Também foi possível identificar que 85% são homens acima dos 41 anos de idade, conforme o Portal de Notícias G1 (2020). Ainda segundo o Portal, a Prefeitura de São Paulo menciona que existe uma série de fatores que podem ser considerados no aumento da população em situação de rua na cidade, e destaca que a crise econômica, o desemprego, a ausência de uma renda fixa, os conflitos familiares, falta de moradia, problemas de saúde, a migração, a saída do sistema penitenciário e uso abusivo de álcool e outras drogas podem ser considerados como fatores principais para o aumento dessa população.

2.2. PERFIL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

No Brasil o processo de empobrecimento da população é uma questão estrutural e histórica que chegou junto com o barco do descobrimento quando os portugueses invadiram ou descobriram nossa terra. Estruturalmente a sociedade brasileira foi fundada nos pilares da escravidão do povo negro, no extermínio dos povos indígenas e na exploração dos recursos naturais. Mesmo com abolição da escravatura o Brasil não conseguiu superar desigualdades sociais nem muito menos fornecer condições de vida e trabalho para milhares de pessoas que outrora viviam em situação de escravidão e que agora estavam libertos mais sem o mínimo necessário para construir uma vida digna. “No Brasil, o processo de empobrecimento e a situação de rua no período em que o país-colônia fez a transição do sistema escravocrata para o capitalismo assemelhou-se ao caso da Europa, mantendo sistêmicas as violências caracterizadoras de um ou outro regime” (RESENDE; MENDONÇA 2019, p. 3).

Pessoas em situação de rua não é uma característica do período pós-moderno, mas um fato histórico desde os tempos antigos, para (RESENDE; MENDONÇA 2019) na antiguidade pelas ruas da Europa podia-se encontrar pessoas em situação de rua com características de doenças mentais, nômades, pessoas em trânsito ou exiladas, por exemplo. E, ainda ressalta que o processo de urbanização e industrialização o problema agravou-se ainda mais tornando-se uma questão social dos grandes centros urbanos e diferenciando-se da pobreza do campo.

No Brasil não foi diferente, o processo de industrialização e urbanização caracterizou-se, sobretudo pelo êxodo rural, um grande contingente de pessoas deixou suas terras e cidades pequenas em busca de uma vida melhor nos grandes centros urbanos, sobretudo do Sudeste, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Cidades despreparadas para acolher e oferecer oportunidades de qualidade de trabalho e vida para todas essas pessoas agravou as desigualdades sociais “dessa forma, ficavam pelas ruas e assim eram convertidos/as em pessoas em situação de rua” (RESENDE; MENDONÇA 2019, p. 3).

Por outro lado, hoje em dia o contexto mudou, para (SICARI; ZANELLA 2018) as pessoas em situação de rua que se encontram nas cidades do Brasil têm origens diversas, não podendo, portanto, caracterizá-la como somente oriundas do êxodo rural.

A Condição de situação acarreta significativos aumento nos últimos anos, “o número de pessoas vivendo nas ruas vem se intensificando nos últimos anos e não se restringe às grandes metrópoles” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 663), esse cenário se repete pelo Brasil afora verificado nas cidades de médio e grande porte.

Nas ruas das cidades é possível perceber um diversidade de perfil na população de rua são homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, comunidade LGBT, etc. Assim, também diversos são os motivos e razões que levaram essas pessoas a viverem na rua, problemas financeiros e familiares, doenças psicológicas, problemas com uso de drogas e álcool, dentre outros.

A condição de rua escancara a vulnerabilidade socioambiental dessas pessoas, a ausência de uma moradia digna é somente uma face do seu cotidiano, outros fatores são igualmente desumanos como a falta de uma alimentação saudável, de banheiros para higiene e necessidade fisiológicas, a exposição a fatores estressantes do meio ambiente com o calor, a chuva, o frio, a suscetibilidade a vírus, bactérias e doenças, a extrema exposição a violência física dentre outros. Por isso, é possível compreender que o meio ambiente da rua é hostil, nele os problemas sociais, ambientais e de saúde somente tendem a se agravar.

O perfil das pessoas da situação em situação de rua é bastante heterogêneo segundo dados da pesquisa citada anteriormente. O perfil dessa população: predominam pessoas do sexo masculino (82%), a maioria com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram pardas (39,1%); 74% sabem ler e escrever; 70,9% exercem alguma atividade remunerada, como catador de material reciclável e flanelinha; 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato com seus parentes; 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social e 24,8% não possuem nenhum documento de identificação (BRASIL, 2009).

Termos como morador de rua e pessoas em situação de rua são usados para definir ou tentar rotular esses indivíduos, essa rotulação contribui de forma significativa com o preconceito e a discriminação sofrida por esses atores. Essa diferenciação se dá porque um grupo são pessoas que tem a rua como seu habitat, como moradia permanente enquanto o outro a rua é um espaço transitório, esse conceito ou preconceito é problemático porque coloca a situação do morador de rua como uma condição irreversível (RODRIGUES, 2015).

O desejo de setores como intelectuais, políticos ou outros grupos sociais de enquadrar esses atores sociais a esse ou aquele conceito denotam uma tentativa de retirar deles próprios sua auto definição como atores de sua própria história de conhecedores de sua identidade, “a questão que emerge é a de pensar a maneira pela qual esses atores são identificados ou se identificam, e qual o valor simbólico está em jogo” (RODRIGUES, 2015, p. 19).

Quando se fala em pessoas em situação de rua não se trata de um perfil fixo, homogêneo, pelo contrário, Oliveira (2015) afirma que este é um segmento heterogêneo, formado por atores sociais oriundos várias localidades e por motivos diversos, “andarilhos, egressos do sistema penitenciário, pessoas com transtornos mentais, desempregados, etc.”.

A população de rua hoje em dia se difere das camadas mais pobres que historicamente se estruturou principalmente no período de urbanização brasileiro, onde se caracterizava pela intensa imigração do campo para a cidade. “Diferente do aconteceu no processo de desenvolvimento urbano brasileiro marcado pela intensa migração campo-cidade – no momento atual as pessoas que se encontram em situação de rua não correspondem mais a este perfil” (OLIVEIRA 2015, p. 48)

A sociedade é incapaz de olhar para esses indivíduos sem a ótica do preconceito, enquadrando as pessoas em um estereótipo, rotulando com marginais, drogados, bandidos, essa “visão homogeneizadora e estereotipada da situação de rua não permite perceber pessoas com

trajetórias distintas e complexas, que, no entanto, experienciam a instabilidade, a exposição e as privações ao viverem sob tal condição” (OLIVEIRA 2015, p. 62).

Conforme, Costa, Mesquita e Campos (2015), não é possível generalizar que as causas que levam a pessoa a encontrar a rua como moradia sejam apenas rompimentos familiares por questões vinculados ao uso de álcool ou drogas. No entanto, esses atores sofrem ao longo de sua história diversas perdas e por diversos motivos. Cabe destacar que “como essa população sofre sucessivas desvinculações com as esferas sociais (família, trabalho, saúde, educação, entre outros), à proporção que o tempo passa, fica mais difícil reconstruir esses laços, tendo em vista o estigma por estes sofrimentos” (OLIVEIRA, 2015, p. 21).

A invisibilidade social é uma questão que afligem e por consequência aprofunda a situação precária de vida dessas pessoas, o Poder Público é incapaz de gerar políticas públicas eficazes e gerar melhores condições de vida. A condição de rua tende a colocar essas pessoas em uma posição de anonimato social, não os enxergam como indivíduos, cidadãos detentores de direitos e de bem-estar social, mas por outro lado essa invisibilidade torna-se visível através da ótica do preconceito e da violência:

Essa (in)visibilidade se estende e é reverberada nas pessoas em situação de pôr diversas formas de violência: física e simbólicas. Podemos citar, como exemplo, a prática de higienização das cidades, adotada por empresas e órgãos públicos, especialmente em tempos de eventos turísticos. (OLIVEIRA, 2015, p. 14).

Uma característica comum encontrada nessas pessoas é a itinerância, tanto dentro da cidade como entre cidades, isso pode acontecer pela busca de recursos para auto sustento, por fuga por alguma situação de violência ou até mesmo por uma estratégia de sobrevivência devido às situações adversas encontradas pelo decorrer se sua trajetória enquanto pessoa em situação de rua. (OLIVEIRA, 2015).

A itinerância é uma forma que encontram para buscar formas de sobrevivência, e a tentativa de adaptar-se as circunstâncias adversas que a condição de rua as impõe como desemprego, falta de moradia, falta de alimentação saudável, a violência etc.

A itinerância errante que caracteriza a situação de rua implica uma condição de instabilidade e exclusão do mercado de trabalho. Dessa forma, esses sujeitos encontram nos desejos da sociedade inclusiva uma possibilidade de sobrevivência e resistência do meio urbano. (OLIVEIRA, 2015, p. 108).

A rua enquanto espaço de moradia, é um lugar de diversidade e desafios, por isso, é necessário encontrar estratégias de sobrevivência, por exemplo, “na rua, não existe espaço para fixação nem para acumulação, pois o que se carrega é apenas o necessário e imprescindível” (OLIVEIRA 2015, p. 108). Por outro, como pode acumular se não se tem onde morar? Como pode acumular se não tem onde encostar a cabeça para descansar? Como pode acumular se não

nem como trabalhar para adquirir o que acumular? Como se pode acumular se o que se consegue para sobrevivência, muitas vezes é apenas o que sobra, o que a sociedade denomina como “lixo” seja orgânico ou qualquer outro tipo de “lixo”? Como pode acumular quando o que se tem o que é apenas o que pode ser carregado no dia a dia ou necessidade de “mudança”, ou até mesmo fuga rápida. Não se bem próprio, que não seja documentos pessoais, “o único bem físico que possuem é o próprio corpo, e nele não conseguem carregar tantas coisas durante as perambulações que se fazem constante nessa situação” (OLIVEIRA 2015, p. 108).

A mendicância é uma particularidade encontrada é uma parcela dessa população, uma forma de sobrevivência, é uma consequência da situação sub-humana na vida dessas pessoas. No entanto, “apesar de que, a prática de “mendigar” seja um dos mecanismos acionados para sobreviver na rua – afinal são situações de extrema dificuldade financeira – existem àqueles que vivem em situação de rua tem vergonha ou preferem não pedir...” (OLIVEIRA, 2015, p. 62).

Muitos encontram na própria rua e tiram dela formas e alternativas de sobrevivência, isso pode acontecer de forma individual ou coletiva através de cooperativas de reciclagem, na coleta e venda de material reciclável por exemplo. O “lixo” descartado de forma equivocada pela “sociedade civilizada” poluindo o meio ambiente que podem ocasionar pragas e doenças para a população, esse mesmo lixo torna-se um alento como alternativa de trabalho e geração de renda, “a reciclagem - também é tomada como suporte para o abrigo e manutenção da própria existência na rua”. (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

As pessoas em situações de rua devem ter uma capacidade de adaptação as circunstâncias adversas que são expostas, é preciso estar preparado para lidar e enfrentar os desafios cotidianos, “as condições diferem de uns para os outros, assim como a inconstância de tal situação configura a cada dia, ou mesmo instante, uma disposição diferente em relação à própria vida, e, por conseguinte, ao espaço onde se encontravam”. (OLIVEIRA, 2015, p. 62).

Outro fato curioso que pode ser observado é o tempo, a conjuntura da rua é mutável e distinta, ela se materializa de formas diversas para cada indivíduo ou grupo, nas localidades em que se encontram e também na periodicidade, por exemplo, do dia e da noite, da semana e nos fins de semana, essa "temporalidade experienciada na condição de rua relaciona-se na dinâmica socioespacial que decorrem durante os dias da semana – especialmente as diferenças entre a semana e os fins de semana” (OLIVEIRA 2015, p. 109). Isso demonstra o carácter dinâmico que a cidade se caracteriza para as pessoas em situação de rua.

A vulnerabilidade social e as condições sub-humanas na quais se encontram as pessoas em situações de rua podem ser observados de diversas formas, a mais evidente delas é a falta de moradia, mas pode-se destacar falta de trabalho, falta lugar para realizar necessidades fisiológicas, falta de acesso à saúde, falta de comida, exposição a situação de violência, exposição a doenças e as consequências extremas de causas ambientais com calor e frio, dentre outros.

O fato que se põe entre a realidade e nós, e que possibilita o diálogo desse trabalho, é que a população de rua, bem como outras populações marginalizadas, demonstra seu poder, ainda que microbiano, “O que é necessário fazer para que se compreendam os interesses de uma população como a população em situação de rua? As subversões indicam: algo está a constrangendo, caso contrário o uso do lugar, provavelmente, seria aquele planejado, adequado, permitido. As práticas que se opõem são sinais, indícios de uma contradição. (HONORATO; SARAIVA 2016, p. 182).

A invisibilidade social é proposital colocando-os à margem da sociedade, do emprego, da moradia, da saúde, sua dignidade é diminuída enquanto sujeito e cidadão portador não apenas de deveres, mas, sobretudo de direitos como qualquer outro indivíduo.

O que acontece é o oposto nas palavras de Oliveira (2005) nesse espaço vivenciam as exposições paralelamente à invisibilidade. São visíveis quando são expulsos, violentados e enxergados pelo olhar do desprezo, da caridade e da piedade. São invisíveis quando requerem oportunidade de inserção, quando reivindicam um espaço, um abrigo, um alimento, um trabalho digno.

A sociedade tem um olhar de desprezo e preconceituoso, a desigualdade histórica e falta de uma política social que as reintegrem a mercado de trabalho e a sociedade são alguns dos principais motivos para a exclusão social vivenciada historicamente por essa população.

2.3. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O Desenvolvimento Sustentável é um modelo que tem como o objetivo equilibrar o crescimento econômico e ao mesmo tempo garantir preservação do meio ambiente. O objetivo é garantir acesso aos recursos naturais para as atuais e futuras gerações, ou seja, é possível que ao mesmo tempo que uma sociedade se desenvolva economicamente adote ações sustentáveis que possam atender as demandas das gerações atuais e ao mesmo tempo garantir que as gerações futuras tenham acesso a esses recursos.

O Desenvolvimento Sustentável tem como base o tripé da sustentabilidade que são o Social, o Ambiental e Econômico. Esse modelo de desenvolvimento busca o equilíbrio entre todas as esferas que cercam a sociedade, o natural que diz respeito ao meio ambiente em todos

os seus aspectos físico, químico, biológico; o social que diz respeito ao homem, a sociedade como todo, é a busca pela equidade social; e o econômico que diz respeito aos bens de consumo e mais que isso ao cuidado com nossa casa e com o planeta Terra.

No ano de 2015 na Conferência das Nações Unidas 193 nações do mundo adotaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, um compromisso assumido por essas nações para proteger o meio ambiente e o acesso a um desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

A Agenda 2030 abrange temas ligados às dimensões ambiental, social, econômica e institucional do desenvolvimento sustentável. É composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores, além da Declaração (visão, princípios e compromissos compartilhados). (KRONEMBERGER, 2019 p. 41).

A sustentabilidade ambiental tem como base o tripé social, ambiental e econômico sem eles a sustentabilidade não é possível. Nesse sentido, como podemos compreender uma sociedade sustentável na qual temos pessoas em situação de rua expostas a toda problemática socioambiental da sociedade moderna?

A pobreza extrema é dos grandes males que assola a humanidade, como é possível com todo desenvolvimento científico, tecnológico, industrial ainda existem pessoas em situação de extrema pobreza?

Isso acontece pelo acúmulo de riqueza de uma pequena parcela da população que tem em suas mãos a maior parte da riqueza produzida no mundo, enquanto do outro lado estão a classe média e os mais pobres lutando diariamente para produzir e vender sua força de trabalho para conseguir meios de garantir o acesso aos bens de consumo. Ainda existe outra parte da população que vive em extrema pobreza com pouco ou nada de recurso para sobreviver.

A sociedade moderna, o crescimento econômico, a industrialização, os modos de consumo, acúmulo de riquezas trouxe problemas para o homem, e por consequência o agravamento da condição de rua nas grandes cidades e em especial em países em desenvolvimento e com grandes problemas de desigualdade social dentre outros fatores já mencionados. Os seres humanos se veem obrigados por razões diversas e adversas a voltar para o meio ambiente e nele refazer o seu lar, mas diferentemente onde outrora o homem vivia e dele usufruir de seus recursos naturais, o meio ambiente artificial da cidade não é capaz de atender as necessidades das pessoas em situação de rua.

Em situação de rua o homem encontra-se agora desprovido de todos os recursos necessários para uma vida digna, sem lar, sem emprego, sem comida, sem lugar para realizar

suas necessidades básicas, invisível socialmente a pessoa em situação de rua é diminuído a um patamar de subumano, ou seja, de um ser humano inferior aos demais. Dele é retirado a condição de cidadão detentor de direitos e deveres na vida em sociedade.

Buscar entender toda essa complexa rede que compõe a vida das pessoas em situação de rua do centro da cidade de Mossoró é o objetivo deste presente trabalho, além de apontar alternativas de Políticas Públicas que atenda as demandas dessa população

Esse trabalho está inserido especialmente na ODS número um que fala sobre a Erradicação da Pobreza, anteriormente em outros tratados internacionais a discussão era diminuir a pobreza e a miséria pelo mundo. A agenda 2030 traz um novo olhar, não basta apenas diminuir mas é urgente erradicar a pobreza em todas as suas formas pelo mundo a fora.

Em 2000, o mundo comprometeu-se em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza e alcançou ganhos notáveis no desenvolvimento humano. Até 2015, a pobreza havia sido reduzida significativamente, o acesso ao ensino básico e os resultados da saúde melhoraram, bem como foram realizados progressos na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas. No entanto, a erradicação da pobreza extrema continua a ser um desafio, com mais de 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de US\$ 1,90 (PPP) por dia e mais da metade da população global vivendo com menos de US\$ 8,00 por dia.

Colocar a Erradicação da Pobreza não é uma ação isolado, nem um objetivo do desenvolvimento isolado mais todos os objetivos se complementam através da erradicação da pobreza acaba-se com a fome, o acesso a educação de qualidade pode gerar acesso a emprego a bens de consumo, a tecnologia, ao cuidado com o meio ambiente e assim por diante.

As Pessoas em Situação de rua estão inseridas nesse contexto de extrema pobreza, vivendo em condições subumanas de vida, é urgente e necessário uma ação planejada do Poder Público na elaboração de Políticas Públicas e mecanismo de combate a esse mal social que afligem uma grande parcela da população mundial. Ações coletivas entre as nações mais desenvolvidas em apoio e ajuda solidária aos países menos desenvolvidos, mas sobretudo uma ação local de cada país que der dignidade de vida as pessoas que mais precisam.

2.4. COMPREENDENDO A CIDADE, A RUA ENQUANTO MORADIA

Para Honorato e Saraiva (2016) o processo de urbanização brasileiro modificou drasticamente o cenário social das cidades, gerando, portanto, fenômenos sem precedentes. O capitalismo é um sistema no mínimo curioso, ao mesmo tempo em que gera riqueza, desenvolvimento gera como consequência pobreza e exclusão. O capitalismo sobrevive da

exploração da força do trabalho com o objetivo de enriquecer outra pequena parcela da sociedade, seja a exploração de um país sobre outro ou da elite sobre o trabalhador.

À medida que a industrialização foi gerando equipamento que dispensavam os trabalhos braçais e manuais do “homem pobre”, novas formas de subsistência passaram a existir, entre elas: o guardador de carros e limpador de para-brisas – o “flanelinha”; o vendedor ambulante – ou “camelô”, o “panfletário”; o catador de materiais recicláveis etc. (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

A cidade é um lugar do encontro social, é nela que a interação acontece, onde os indivíduos vivem e buscam os recursos para sua sobrevivência. A desejo por uma cidade ideal, uma cidade acessível a todos, um lugar onde todos se encontram e encontram seu próprio caminho em condições de equidade, não existe no mundo real, a não ser, somente na cabeça dos sonhadores, do que buscam e esperam uma utopia. Ao contrário disso, a cidade é projetada a partir da ótica do dominante, e para atender suas necessidades. “Ora, como falar em uma “cidade para todos” quando não há espaço para quem já vive nela? Como mostrar uma cidade “bela” segundo padrões de estética definidos por uma elite quando a população que nela vive é, em si mesma, distinta desse padrão?” (HONORATO; SARAIVA 2016, p. 179).

Nesse contexto de contradições e desigualdades sociais, as pessoas em situação de rua surgem como uma de afronta ordem pré-estabelecida, o pensamento da elite dominante é que as pessoas em situação de rua surgem para manchar a imagem polida da cidade ideal, uma cidade higienizada, pensada e modelada para atender os desejos de consumo e conforto que tanto sonham. Ao mesmo tempo em que as pessoas em situação de rua é uma afronta é também consequência desse mesmo modelo capitalista, excludente, pensado estrategicamente para marginalizar minorias em prol de uma elite gananciosa. “O morar na rua, assim é uma forma de prática na cidade. A própria situação de rua também o é posto que quem pratica a cidade – e, portanto, compõe o fluxo de sua existência - são os sujeitos que nela trafegam, agem e recebem sua influência cotidianamente”. (HONORATO; SARAIVA 2016, p.173).

Para Honorato e Saraiva (2016) as pessoas em situação de rua não atendem aos interesses do capital, dos investidores, são uma ameaça à imagem de cidade modelo, são uma afronta a boa gestão organização da cidade. “Tais “modelos” são construídos a partir da retórica persuasiva que define a agenda para as cidades de maneira que as pautas, ações e políticas empreendidas estejam alinhados com uma agenda hegemônica do pensamento sobre a cidade” (HONORATO; SARAIVA 2016, p. 168).

Os que são mais vulneráveis socialmente são também os que mais sofrem as consequências das ações e dos interesses da elite. “Nessa expectativa, analisar a atuação das

peças em situação de rua na cidade é propor um olhar sobre suas práticas. Os sujeitos de rua ordinários (no sentido de comuns, cotidianos) em sua prática, são também fontes de compreensão e construção do conhecimento sobre a cidade” (HONORATO; SARAIVA 2016, p. 178) As pessoas em situação de rua estão sujeitas às mais variadas situações de vida, a rua é o lugar da heterogeneidade, é o espaço público de múltiplos acontecimentos, o lugar da vulnerabilidade, onde cada um luta diariamente por sua sobrevivência.

A cidade é, portanto, o lugar no qual as contradições e desigualdades afloram, na cidade convive ao mesmo tempo, juntas embora separadas realidades de vidas distintas, circunstâncias antagônicas, pessoas que lutam a cada momento em busca de seu próprio espaço. Nesse contexto, surge então a busca por estratégias de sobrevivência e coexistência, de um lado está a burguesia que busca a todo custo manter-se no alto da pirâmide através de estratégias de domínio, de força e até mesmo de violência para se manter no poder, no lado oposto desse embate estão pobres, os marginalizados, as pessoas em condições de vulnerabilidade social, que por sua vez buscam resistir e encontrar meios de sobrevivência em face a tantas adversidades.

Nesse sentido, embora a condição de rua seja um fato concreto e perceptível, essa demanda é naturalizada e invisível pelo poder público, “dessa forma, perante as situações de desigualdades extremas, é adotar uma postura capaz de invisibilizar realidades evidentes, como é o caso das pessoas em situação de rua, que vivem expostas e, por isso, vulneráveis, nos espaços da cidade”. (OLIVEIRA, 2015, p. 36)

A cidade é o lugar da personificação do mercado, ela é pensada para atender os objetivos do mercado, construir uma cidade globalizada, moderna, prática que segundo Honorato e Saraiva é o espaço do consumo, organizada para atender os interesses de seus investidores. Para atender aos interesses do mercado e da elite que ditam as regras dentro da cidade, é preciso construir muros, fronteiras visíveis e invisíveis que determinam onde, quando e quem pode acessar determinados lugares. As camadas mais privilegiadas têm acesso a tudo melhor que existe dentro das cidades, enquanto os mais vulneráveis ficam fora desse muro, excluídos, marginalizados e rotulados como indivíduos de segunda e terceira classe. Nessa categoria, por assim dizer, encontram-se as pessoas em situação de rua, esses transeuntes ficam perambulando pela cidade em busca de encontrar mecanismos de sobrevivências.

Desse modo, pesquisar sobre pessoas em situação de rua é desde o primeiro momento um ato de observar a cidade, especialmente o que acontece nas vias públicas – no meio da rua – pois é nesse contexto que tais sujeitos se encontram e corporificam suas

expectativas cotidianas, se encaixam em locais subutilizados da cidade para resistir aos mecanismos que tendem a excluí-los. (OLIVEIRA, 2015, p. 33).

O público e o privado, a casa e a rua são locais distintos e coexistem em uma dialética entre harmonia e caos, “nesse processo segregado, particularizado e disciplinante, os espaços da “rua” e da “casa” são colocados em campos opostos, onde as diferentes práticas e regras morais se relacionam e são legitimadas em cada uma dessas esferas, que remetem ao domínio do público e do privado” (OLIVEIRA 2015, p. 44). A casa é o lugar do privado, abrigo, do conforto da segurança, do encontro com os seus. A rua por outro lado é lugar público, do ir e vir de pessoas, da insegurança, da exposição, de situações de vulnerabilidade. Mas o que de fato acontece quando a rua se torna “a casa”? Para Oliveira, quando a rua se torna um local de moradia é uma inversão de valores, de reconfiguração do entendimento simbólico o privado, da casa, da moradia.

O estudo desse fato social que é as pessoas em situação de rua é necessário para compreender a relação de poder e interesses que levam a tal acontecimento. “É através de situações observadas que podemos realizar uma descrição etnográfica e, a partir daí, apreender algum sentido quando relacionamos a situação ao contexto cultural, histórico, sociológico, etc.” (OLIVEIRA, 2015, p. 32).

A condição de rua não é algo isolado, mas é uma consequência de questão social, econômica, ambiental, de saúde etc., é causada principalmente pela desigualdade social, pela luta constante de interesses políticos, econômicos e sociais. É necessário, portanto, uma visão ampla, dialética, multidisciplinar, ampliar o olhar para o ver o todo, entender que tudo está conectado, “o pensar sobre a população em situação de rua na cidade, sob o campo de discussão acadêmica do planejamento, portanto, é também um pensar sobre a vida social organizada nas cidades” (HONORATO; SARAIVA 2016, p. 182).

2.5. A VULNERABILIDADE SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E PANDEMIA DO CONVID-19

Durante a elaboração deste trabalho o mundo todo foi acometido por uma pandemia do Coronavírus ou Covid-19, que foi “identificado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China, o novo coronavírus, designado SARS-CoV-2, pode infectar pessoas de qualquer idade, sendo as mais velhas e com doenças crônicas as que se encontram em maior risco” World Health Organization (2020, apud HONORATO; OLIVEIRA, 2020, p. 1064). O SARS-Cov 2

causa uma doença conhecida como Covid-19 que segundo o site oficial do Ministério da Saúde é uma doença respiratória aguda com alto poder de transmissibilidade a nível mundial.

No Brasil, segundo dados oficiais do Painel Coronavírus no dia 14 de abril de 2021 morreram 361.884 mil pessoas em todo país, casos confirmados 13.673,50 milhões de brasileiros infectados pelo novo coronavírus.

Várias medidas foram adotadas em todo o mundo seguindo orientação da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de mitigar a propagação do Covid-19 dentre elas pode-se destacar distanciamento social, higienização das mãos com água e sabão, uso de álcool gel 70%, uso de máscara, higienização de roupas e sapatos após chegar da rua, isolamento social como sendo a principal medida de combate ao vírus.

Mas, para as pessoas em situação de rua, como manter-se em casa o que não tem casa? Como fazer isolamento social estando vulnerável na rua? Como fazer higienização das mãos com água e sabão, uso de álcool gel 70%, uso de máscara?

Pouco ainda se sabe sobre essa pandemia, mas suas consequências já podem ser observadas em todo mundo pelo número assustador de pessoas infectadas e mortas por conta do covid-19.

A Pandemia veio escancarar o abismo social em países como o Brasil que historicamente tem um sério problema de desigualdade social. A crise econômica em decorrência da Pandemia que teve como consequência o aumento do desemprego, da desigualdade social e de pessoas em situação de pobreza extrema.

Nesse sentido, a situação de rua é um retrato da vulnerabilidade social, pois, estão expostas, fragilizadas nos âmbitos social, econômico e de saúde. Essa condição os colocam em posição suscetíveis a infecção da Covid-19, isso se dar pela dificuldade de adotar as medidas mitigadoras no combate a transmissão do vírus, como distanciamento social, isolamento social, medidas de higiene pessoal etc. Neste sentido, para Honorato e Oliveira (2020), o coronavírus entre as pessoas em situação de rua, traz uma questão preocupante principalmente no que diz respeito a saúde pública e de assistência social.

Estima-se que a Pandemia do novo Coronavírus vai agravar ainda o índice de pessoas em situação de rua, hoje esse número está em cerca de 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no país (RESENDE, MENDONÇA 2019). Essas pessoas encontram-se em um estado de vulnerabilidade social, ambiental, econômica e de saúde extrema, isso em se agravando ainda mais durante pandemia, “problemática do viver na rua é atravessada cotidianamente por proliferação de doenças, violência, estresse e hostilidade” (PAULA, 2020. p. 2).

Para Paula (2020), a invisibilidade social das pessoas em situação de rua por parte do poder público e ausência de políticas públicas específicas é agravada ainda mais pela pandemia, historicamente eles em seu acesso aos serviços básicos como a saúde dificultado, sendo hoje um agravante na infecção, no tratamento e na transmissão do Covid-19.

3. METODOLOGIA

3.1. CARACTERIZAÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as condições socioambientais das Pessoas em Situação de Rua no centro da cidade Mossoró. Para a realização do estudo foi selecionada entidades públicas que prestam serviço de execução de políticas públicas voltadas atender as demandas sociais e de saúde na cidade de Mossoró, a amostragem não teve fins estatísticos e o critério utilizado foi políticas públicas para pessoas em situação de rua já em fase de execução no municio de Mossoró.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender a complexa rede de relações que integram entre si o social, o econômico e o ambiental no tocante da vida das pessoas em situação de rua. Aqui não cabe se preocupar com a quantidade de pessoas que vivem no centro, mas com a compreensão de sua condição e identificar, descrever políticas públicas existentes para as pessoas em situação de rua. “As pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares” (BONI e QUARESMA 2005, p. 70).

Trata de uma pesquisa social, para Gil (2008, p. 42-44) é o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Podendo, segundo o autor, decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela satisfação para agir, e, é descritiva porque tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Para tanto apoiou-se numa pesquisa bibliográfica e documental, como forma de ampliar a pesquisa, foi realizada também uma pesquisa de campo que teve como unidade empírica de referência a cidade de Mossoró, de forma mais específica, o centro da cidade.

3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa documental foi realizada por meio de buscas em sites oficiais de órgãos do governo como o IBGE, Documentos da Prefeitura Municipal de Mossoró para verificação de dados oficiais do governo acerca da população, da economia, da política, do meio ambiente entre outros.

Já a pesquisa bibliográfica foi realizada em sites acadêmicos, visando a busca de artigos, livros, monografias, dissertações de mestrado e tese de doutorado, entre outros, materiais que abordam o tema proposto e foram relevantes na construção desta pesquisa. “Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já

realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes” (BONI e QUARESMA 2005, p. 71).

Observação em campo que tem como objetivo observar a vida dessas fazendo as devidas anotações para ser analisada posteriormente. “Esta técnica é denominada observação assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle com anotações para posterior análise” (BONI e QUARESMA 2005, p.71).

Foi realizado o envio de inquéritos estruturados, com perguntas fechadas e abertas, dando a liberdade ao entrevistado de discorrer seu ponto de vista, feito na mesma linha de uma conversa informal, mas vale salientar que o entrevistador deve ter o cuidado de guiar a entrevista para o tema que o interessa (BONI e QUARESMA 2005). A principal vantagem dessa técnica é extrair informações mais aprofundadas da população de interesse (BONI e QUARESMA 2005, p. 75).

Foram realizadas entrevistas estruturadas que segundo Gil (2008, p.117-121) se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e relação permanece invariável para todos os entrevistados. Para tanto, foram enviados formulários por e-mail, para representantes das instituições que trabalha com população de rua.

Cabe ressaltar que devido os protocolos sanitários impostos pela Pandemia da Covid-19 as pesquisas tiveram que se adequar a situação vigente, assim o uso de mídias eletrônicas e recursos digitais tem sido bastante utilizados nas pesquisas socioambientais, podendo ser entrevistas gravadas por telefone moveis, envio de formulário eletrônico contendo a solicitação de autorização do entrevista, por meio da concordância da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual consta a descrição do objetivo da pesquisa, e a garantia a preservação da identidade e dos direitos do entrevistado; assim como pode ser enviado formulários e roteiros por e-mail, solicitando o preenchimento das respostas. Nesta pesquisa, foi feito uso de diferentes recursos que serão, posteriormente, explicados, para melhor realização, levando em conta as dificuldades de encontros presenciais, devido a pandemia.

Assim, em relação à pesquisa de campo, ela teve início em abril de 2021 e como técnica de coleta de dados foram utilizados inquéritos, com uso de um roteiro de perguntas, é (. É) possível mencionar que o roteiro com quinze (15) perguntas (Apêndice 1) foi enviado para os colaboradores por e-mail. Cabe ressaltar que foram eleitos alguns participantes considerados fundamentais para o entendimento da problemática estudada.

Assim, o roteiro foi enviado para Gerência de Proteção Especial, também encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Apêndice 2), com o objetivo de informar aos participantes o propósito da investigação, bem como os seus riscos e os seus benefícios, conforme Resolução nº. 510/2016. Também foi encaminhado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. O roteiro procurou abordar quais as políticas públicas e o trabalho desenvolvido pelo CREAS no atendimento as pessoas em situação de rua de Mossoró-RN.

Posteriormente, por meio de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Mossoró (Anexo 1) foram solicitadas as informações sobre: os programas ou projetos que estão sendo desenvolvidos pela Secretária, junto a população em situação de rua, fomento (qual a fonte de financiamento e o valor), os objetivos desses programas ou projetos; números de pessoas atendidas, local de desenvolvimento das ações, se tiveram início antes ou depois da pandemia e tempo previsto de duração dos projetos e ações; e se possuem parcerias na execução. Foi também enviado a solicitação para o preenchimento de um inquerido (Anexo 2).

Por fim, foram realizadas observações in loco, visando observar os locais ocupados e as relações estabelecidas pelas pessoas em situação e rua, nessa oportunidade foi feito uso de um aparelho de GPS, com a finalidade de georreferenciar os principais pontos onde essa população se estabelece, para posteriormente, especializar esses dados, por meio de uma carta cartográfica, como forma de ilustrar e contribuir para o entendimento dos locais de maiores incidências de pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró.

Assim, após a leitura das fontes bibliográficas e documentais, bem como do material obtido por meio dos roteiros enviados as instituições, das observações e conversas informais registradas em caderno de campo foi possível reunir as informações necessárias a esta pesquisa, após categorização e análise dos dados, para melhor entendimento os resultados foram agrupados por eixos temáticos que tratam: (i) das políticas públicas que atendem a população de rua da cidade de Mossoró; (ii) que descreve as ações do Consultório na Rua e a prestação de serviço às pessoas em situação de rua; e, (iii) que apresenta uma reflexão sobre a situação das pessoas em condição de rua, considerando a pandemia da Covid-19.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDEM A POPULAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE MOSSORÓ

Foi identificado na prefeitura de Mossoró que a Gerência de Proteção Social Especial desenvolve um trabalho de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), desenvolve um trabalho de atendimento as pessoas em situação de rua.

O Centro de referência Especializado de Assistência Social (CREAS) uma unidade publica da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados”. (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania – Secretaria do Desenvolvimento Social, 2015).

Segundo a entidade o último levantamento estatístico para saber qual a quantidade de pessoas atendidas pelo CREAS, foi realizado em 2019 no qual foram identificados através dos prontuários de atendimento 300 usuários no total.

É impossível identificar apenas um perfil para as pessoas em situação de rua como também quantificar um número exato de pessoas que ali encontram um espaço de abrigo ou moradia, de trabalho em sub empregos ou até mesmo aqueles que buscam atendimento. Mas o CREAS faz um atendimento diário que pode variar entre 25 a 30 usuários.

O Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) tem como um dos objetivos identificar as pessoas em situação rua, trabalho infantil, exploração sexual, uso de álcool e drogas etc. O perfil identificado por meio do SEAS é variado, sendo crianças, jovens, adultos, idosos, família em situação de risco social; após a abordagem inicial e a identificação esses indivíduos passam a ser acompanhados por uma equipe multidisciplinar do SEAS composta por assistentes sociais, psicólogos e cientistas sócias. Em sua maioria são pessoas com vínculos familiares e ou comunitários rompidos pelos mais diversos motivos, o que os impedem de retornar aos lares.

Em sua grande maioria são pessoas que tem vínculos familiares e sociais rompidos e encontram-se por motivos diversos impedidos de retornar a suas famílias. Por outro lado, embora sejam minorias, é possível identificar alguns indivíduos que de certa forma mantém algum tipo de laço familiar e ainda assim “escolhem” a rua como espaço de moradia e ou de sobrevivência.

A Gerência de Proteção Social Especial, buscar identificar demandas que de alguma forma se articule com serviços socioassistenciais (serviços, benefícios e programas da política de assistência social nos níveis municipais, estaduais e federal), serviços de saúde (sobretudo

os ofertados pelo Consultório na Rua e o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS), serviços de educação (Educação de Jovens e Adultos, em sua grande maioria), serviços de Centrais do Cidadão, dentre outros”. (GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, 2021).

No município de Mossoró (RN) é oferecido dois serviços de políticas públicas, um deles é por meio do SEAS e outro é o Consultório na Rua. Não existe no município uma legislação específica, que trate especificamente das pessoas em situação de rua, todavia, a Prefeitura Municipal de Mossoró segue as orientações da Política Nacional para População em Situação de Rua, por meio do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009).

É possível perceber uma ausência de uma articulação municipal entre o poder público e entidades da sociedade civil e da própria organização da população de rua, para pensar políticas públicas, criação de uma legislação municipal que assegure a essa população direitos básicos, e uma frente de articulação, que conforme, a própria Política Nacional para População em Situação de Rua orienta no seu artigo terceiro que:

Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população. (BRASIL, 2009, *on line*).

Durante a Pandemia foi criado o Abrigo Social, um serviço de referência no atendimento das pessoas em situação de rua de Mossoró, gerando um espaço de diálogo entre políticas assistências, segurança pública e saúde. Isso só reenterrando a necessidade de uma maior articulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que atendam a essa população.

Nesse sentido, é possível aferir que o município de Mossoró, ainda está muito aquém no que diz respeito a políticas públicas de assistência social para população de rua; não existe na cidade um albergue de acolhimento noturno, banheiros públicos e nem lavabos em pontos estratégicos que atendam a demanda dessa população não existe Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua Centro-pop, dentre outros serviços.

A ausência de um movimento social municipal das pessoas em situação de rua que articule lideranças, discuta os problemas e aponte alternativas para atender as demandas, que cobre e fiscalize o poder público é talvez a maior deficiência para a geração de políticas públicas efetivas que atendam a demanda das pessoas em situação de rua de Mossoró.

A pandemia da Covid-19, afetou ainda mais a vida das pessoas em todo mundo, forçando as pessoas mudarem seus hábitos sociais e individuais, no que diz respeito as pessoas em situação de rua de Mossoró para além da problemática da ausência de uma moradia que os protejam e os mantenham em isolamento social e de questões de ausência de higiene, a

população de rua, em especial os que tem a rua como fonte de angariar recursos financeiros para sua sobrevivência como flanelinhas e catadores por exemplo, em períodos de *lockdown*, por ausência de maior circulação de pessoas no centro da cidade teve a fonte de seus recursos afetado e conseqüentemente a sua vulnerabilidade social e financeira ainda mais comprometida.

Embora, a prefeitura faça entrega de máscaras, álcool gel, alimentação e oriente quanto a medidas de higiene a própria condição de rua dificulta a adoção dessa medidas de combate ao Vírus. Quanto a vacinação contra o coronavírus houve alguma adesão alguns já foram vacinados e outros ainda recusam a vacina.

Tudo indica que na cidade Mossoró a Pandemia agravou a problemática das pessoas em situação de rua, houve um aumento significativo na demanda e na quantidade de usuários que buscam o serviço, acolhimento etc. Nesse mesmo sentido também houve uma maior integração agentes públicos tanto no diálogo e na construção de alternativas de acolhimento e trabalho dessa população. “Diálogos com os serviços de saúde mental, com a Defensoria, com a Central do Cidadão, com profissionais de segurança e Consultório na Rua, sem dúvidas foram mais estreitados” (GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, 2021).

O Abrigo Social inaugurado pela Prefeitura de Mossoró no mês de abril de 2020 na Escola Municipal Leôncio José de Santana - “Colégio Evangélico” – é uma ação da que visa conter a proliferação do vírus nas pessoas em situação de rua que inicialmente foram cadastradas 52 pessoas para serem atendidas (Prefeitura de Mossoró, 2020), diante desse contexto de pandemia foi ponto significativo no acolhimento das pessoas em situação de rua em especial para algumas mulheres que buscavam abrigo em decorrência de violência doméstica.

Segundo dados do Consultório de Rua de Mossoró foram vacinadas 100 pessoas em situação de rua até a data da resposta desse questionário 30 de abril de 2021. Se levar em conta os dados serviço do CREAS que identificou 300 pessoas que foram atendidas e cadastradas é um bom número, no entanto, como é uma população difícil de contabilizar dado suas características itinerantes esse número pode ser muito maior.

É um grande problema a falta de Senso da população na cidade Mossoró, somente através desses dados que se pode de fato identificar a quantidade e quais demandas dessa população. O CREAS falou sobre duas dificuldades que se pode destacar, uma é o acompanhamento individual, mas personalizado de cada indivíduo que os auxiliem na reconstrução de vínculos familiares e comunitários e até mesmo ao retorno, se for o caso, aos lares almejados. Segundo a dificuldade diz respeito a política pública em si, a sua efetivação

com uma melhor didática, melhor planejamento. E em terceiro é a característica itinerante da população de rua que não favorece um trabalho mais personalizado que possa criar um vínculo mais concreto de confiança entre o técnico e o usuário, afetando diretamente a continuidade do trabalho.

4.2. O CONSULTÓRIO NA RUA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A partir da pesquisa realizada foi possível identificar que há pessoas e grupos que prestam assistência e serviços as pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró. É possível destacar os profissionais que compõe a equipe do Consultório na Rua do Município de Mossoró, o Consultório na Rua é um programa do Ministério da Saúde lançado em 2010 no Brasil e Mossoró aderiu em 2014. O Consultório na Rua é uma estratégia da Política de Assistência Básica do Ministério da Saúde que foi instituída pela Portaria Nº 122 de 25 de janeiro de 2011.

Chamamos de Consultório na Rua equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população. Elas devem realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. (MINISTÉRIO DA SAÚDE 20120).

As equipes do Consultório na Rua são organizadas em três modalidades da seguinte forma, e o mínimo de profissionais conforme a tabela 1.

Tabela 1. Modalidades das Equipes do Consultório de Rua, 2021.

Modalidade	Nível superior	Nível Médio	Total
Modalidade I	2	2	4
Modalidade II	3	3	6
Modalidade III	4	3	7

Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde, 2011.

A modalidade III é a mesma formação da dois acrescidos de um médico. Cada modalidade recebe um incentivo de financiamento do Governo Federal conforme tabela 2.

Tabela 2. Incentivos por Modalidade das Equipes do Consultório de Rua, 2021.

Modalidade	Incentivo
Modalidade I	R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais)
Modalidade II	R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais)
Modalidade III	R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)

Fonte: BRASIL. Secretária de Atenção Primária Departamento de Saúde Familiar. Norma Técnica, 2011.

As equipes podem ser formadas pelos seguintes profissionais: enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, médico, agente social, técnico ou auxiliar em enfermagem e técnico em saúde bucal. (Portaria Nº 122 201). A equipe multidisciplinar do Consultório na Rua de Mossoró está inserida na Modalidade II composta por sete profissionais: uma coordenadora (hoje é uma técnica em enfermagem), uma enfermeira, uma técnica em enfermagem, uma Assistente Social, um Agente Social (formação ensino médio), uma psicóloga e um motorista (fixo). Todos esses profissionais são funcionários públicos efetivos do município. O município de Mossoró recebe, portanto, do Governo Federal um repasse de R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

De acordo com os dados coletados na pesquisa documental, atualmente, o Consultório na Rua tem duzentos e sessenta e duas pessoas em situação de rua em Mossoró cadastradas, sendo duzentos e quatro homens e cinquenta e oito mulheres dados repassado durante a conversa, falado pelos profissionais do Consultório na Rua. Mas, a quantidade de pessoas em situação de rua e as que são atendidas pelo programa é maior, porém, não estão cadastradas no sistema, algumas pessoas não aceitam ser cadastradas por motivos pessoais, alguns são foragidos da justiça, alguns querem manter-se no anonimato dentre outros motivos. Diariamente é atendido em média cerca de quarenta pessoas.

Cabe ressaltar que, em sua maioria a pessoa em situação de rua de Mossoró são homens, jovens em idade produtiva que tiveram a ruptura com seu quadro familiar devido a uso de drogas, álcool, problemas com a justiça, que cometeram alguma violência doméstica e por isso saíram de casa, desemprego, perda de moradia etc.

A equipe do Consultório na Rua, sai às ruas da cidade todos os dias, de segunda a sexta-feira, das dezessete às dezoito horas, fazendo uma ronda por pontos específicos, obedecendo uma agenda de itinerário previamente planejado. Os postos de referência onde pode-se encontrar as pessoas em situação de rua de Mossoró são: Praça da Catedral de Santa Luzia, Praça do antigo Fórum Municipal, Memorial da Resistência, Praça do Museu, Praça do Relógio, Alto do Louvor, Barrocas, Hotel Caraúbas, Praça do Pax, Praça do Alto da Conceição, Slalom, Viaduto na saída para Natal, Santa Delmira e Igreja Católica do Liberdade.

É importante destacar que o Consultório na Rua está vinculado a Unidade Básica de Saúde do Colégio Evangélico, no qual foi implantado o abrigo social devido a demanda da pandemia da Covid-19, como forma de acolher aquelas pessoas que assim desejar. Trata-se de uma espécie de Unidade Básica de Saúde volante, que vai ao encontro das pessoas em situação

de rua para entender e atender as necessidades tanto no que diz respeito a demanda de saúde quanto demanda social.

Os seus profissionais escutam as necessidades dos indivíduos e a compreensão de sua necessidade pode gerar um encaminhamento para benefícios sociais como por exemplo retirada de documentos, encaminhamento para atendimento no CAPS ou unidade de saúde, orientações sobre saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, distribuição de preservativos, marcação de exames e consultas médicas, entrega de medicamentos prescritos pelo médico, conscientização sobre uso de drogas e álcool, distribuição de máscaras, álcool gel, material de higiene e orientações sobre como se proteger do covid-19.

As pessoas em situação de rua que autorizam são cadastradas em Sistema Nacional – Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), mas mesmo as que não são cadastradas recebem o atendimento da equipe. Durante a pandemia a cada quinze dias na Faculdade de Enfermagem da UERN – FAEN tem atendimento médico, psicológico, nutricional, aferição de pressão arterial, aferição de glicemia capilar, conversas sobre DSTs Aids, doenças de pele, uso abusivo de drogas e álcool, imunização, hipertensão, diabetes, redução de danos, conscientização de direitos sócias. Outros profissionais também são integrados nessa ação como profissionais do Núcleo de apoio familiar NASF, educadores físicos, bioquímicos na testagem rápidos de algumas doenças.

Por meio de conversas informais foi possível observar que em decorrência da pandemia a partir de março de 2020 ocorreu um aumento perceptível de pessoas em situação, sobretudo, em consequência do desemprego, perda de moradia, falta de acesso ou perda do auxílio emergencial ou ausência de programa sociais. A pandemia aumentou a demanda no trabalho, no número de pessoas, nas suas necessidades básicas, o que dificultou o trabalho da equipe. Foi possível observar que as ações que antes eram realizadas na rua, por conta da necessidade de isolamento social e de se evitar aglomeração agora estão sendo realizadas na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAEN/UERN), para evitar aglomeração, isso acarretou uma diminuição na frequência, dificultando a participação das pessoas porque no mesmo horário da ação muitas vezes é a hora que alguns grupos fazem distribuição de alimento nas ruas, e, entre ir para a ação e se alimentar, eles optam por se alimentar. A equipe precisa encontrar novas estratégias para realização do trabalho.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Mossoró, foram identificadas dez pessoas em situação de rua que foram infectadas pelo Covid-19 e apenas um óbito. Mas, nesse universo de mais de trezentas pessoas em situação de rua vivendo em condições insalubres de saúde e

de higiene pessoal é difícil saber se esses dados retratam o cenário real da quantidade de pessoas infectadas pelo vírus ou se a falta de testagem, de monitoramento, de um melhor acompanhamento dificultou a identificação de pessoas em condição de rua infectadas pelo vírus e por consequência vieram a óbito.

A equipe relatou que existe uma dificuldade na questão da conscientização da gravidade da pandemia e de sua transmissão, muitos não acreditam na pandemia ou que podem ser infectados, até mesmo brincam dizendo que se o álcool gel ajuda a prevenir, eles já são imunes pois tomam “álcool todos os dias”.

A vacinação de combate ao coronavírus para esse público foi realizada entre os dias 29 e 30 de março de 2021, e foram vacinadas 104 pessoas com primeira dose das vacinas Sinovac/Coronovac e Oxford/AstraZeneca. O abrigo social do município de Mossoró fica localizado no Colégio Evangélico que também funciona a UBS ao qual o Consultório na Rua está vinculada. O abrigo é uma ação da Prefeitura Municipal de Mossoró, financiada com recursos próprios, é algo temporário durante a Pandemia da Covid-19, foi relatado que existe um desejo de ampliar, mas falta recursos e interesse do governo federal em financiar.

Esse abrigo ficaria muito caro somente com recursos do município, pois, seria necessário manter uma estrutura física funcionando vinte quatro horas, com equipe técnica qualificada, alimentação diária café, merenda, almoço, merenda, jantar, dormida. É preciso repensar estratégias a nível municipal para atender as pessoas em situação de rua. Uma grande necessidade é um centro de apoio ou até mesmo uma distribuição em pontos estratégicos de banheiros públicos onde as pessoas consigam pelo menos fazer suas necessidades pessoais, tomar banho em lugar higiênico e privado.

Foi relato por uma profissional que se pensou em uma emenda parlamentar a construção de um com banheiro e lavanderia, mas não concretizou por falta de apoio e vontade política. Por causa da ausência de um local adequado, essas pessoas acabam tomando banho em pontos específicos como a praça da catedral, praça da igreja do Perpétuo Socorro, praça do museu. Mesmo assim algumas pessoas quebram garrafa de vidro dentro de fontes em algumas dessas praças para impedir que as pessoas em situação de rua utilizem.

Dificuldades enfrentadas pelo Consultório na Rua diz respeito ao financiamento e incentivo do governo, recursos humanos, equipe profissional capacitada, ser de fato um elo entre a pessoa o acesso aos direitos sociais, contribuir de fato na reconstrução de vínculos familiares e sociais que sejam um alicerce para o retorno desse indivíduo para família e o trabalho.

O que poderia melhorar seria uma equipe formada por profissionais com uma visão técnica e não assistencial do trabalho, uma equipe multidisciplinar, uma melhor articulação e interação entre as secretarias da saúde, do desenvolvimento social, da segurança, do ministério públicos e todos os atores públicos que são responsáveis pelo trabalho junto as pessoas em situação de rua, plano individual e personalizado de atendimento, projeto singular terapêutico.

A essência do programa é ser uma equipe volante de profissionais de saúde para prestar um atendimento às pessoas em situação de rua. Que tem como objetivo o acompanhamento das pessoas, identificação das necessidades de saúde e social. O Consultório na Rua funciona como se fosse uma UBS itinerante para atender as pessoas em situação de rua. Essa equipe volante tem uma UBS de referência, que no caso de Mossoró é o Centro Clínico Evangélico.

O Consultório na Rua faz os atendimentos que podem ser realizados na rua, no entanto, caso uma pessoa precisa de um atendimento mais delicado, um atendimento mais minucioso, aí é feito um encaminhamento pra UBS, lá tem um espaço que seja preservado a privacidade, o atendimento médico e é feito encaminhamentos para outros exames.

No caso específico das mulheres na prevenção do colo uterino, esse procedimento só pode acontecer na UBS, também no tratamento de doenças sexualmente transmissíveis como Aids e sífilis, dentre outros procedimentos que há a necessidade de atendimento médico mais específica é feito o encaminhamento para a UBS. Após identificado o problema e o encaminhamento que acontece caso seja necessário, o médico passa exame, é de responsabilidade da equipe do consultório na rua providenciar esse exame, acompanha para ver se esse exame foi realizado, providenciar o medicamento etc.

No início do Consultório na Rua foi possível verificar uma ausência expressiva de dados sociais relacionados as pessoas em situação de rua em Mossoró, uma dificuldade em saber que de fato são essas pessoas, o motivo que as levam às ruas e quais as suas necessidades e os motivo que os levaram a estar na rua. A partir da necessidade de se traçar o perfil dessas pessoas foi feito um trabalho que resultou em um retrato social das pessoas em situação de rua de Mossoró, foi o primeiro mapeamento das pessoas situação de rua para entender o perfil e as principais necessidades sociais desse público. Na época tinha 90 pessoas cadastradas e foram entrevistadas 70, entre os anos 2017 e 2018.

Além dessa necessidade de dados sociais que não existiam, foram elaborados instrumentais para auxiliar na identificação e no cadastro dessas pessoas. Após observação em loco e nas conversas com as pessoas, foi relatado por eles que quando o consultório encaminhava a pessoa para a unidade de saúde, ela não ia ou quando ela ia não conseguia o

atendimento. Foi investigado e identificou-se que o aspecto da pessoa e a forma como ela chegava para a unidade muitas vezes fazia com que esse atendimento fosse barrado. Os profissionais de saúde despreparados tinham medo da pessoa, o estereótipo da pessoa em situação de rua, suja, mal-cuidada, bandido, malandro era alguns dos fatores dessa falta de atendimento na unidade de saúde, em consequência dessa rejeição ao serviço a pessoa afastava da unidade de saúde.

Assim, na tentativa de mitigar esse problema foi elaborado uma ficha de encaminhamento que a pessoa chegasse na unidade e a entregasse, nela continha dados pessoais e mostrava que a pessoa já era atendida pelo Consultório na Rua, qual era necessidade, o problema de saúde, exame, o motivo do encaminhamento para UBS. Então, não precisava ele nem falar nada, porque muitas das vezes ele mesmo não compreendia qual o seu problema, ele chegava e entregava à ficha, isso facilitou o acesso desses indivíduos ao atendimento de saúde na UBS.

Um outro problema social era a falta de endereço, por exemplo para alguns exames pedia a cópia do documento e o endereço, foi elaborado um instrumental que é a declaração de endereço, nela a equipe do Consultório na Rua que enquanto servido do Município tem fé pública, declara que Fulano de tal é pessoa em situação de rua tendo como ponto de referência, a praça da catedral por exemplo, e é atendido pelo Consultório na Rua. Essas ferramentas contribuir para aplicar a lei em que ninguém enquanto cidadão pode ter seu atendimento médico negado, de fazer um exame de ter um remédio ainda que esse esteja em situação de rua. Foi uma conquista garantir que essas pessoas tivessem seus direitos assegurados.

A depender da necessidade da pessoa, os profissionais do Consultório na Rua podem acompanhá-la para realizar o exame ou em outro procedimento. Marcando o procedimento, exame, consulta na véspera vai ao encontro da pessoa para lembrar e orientar da importância dele se fazer presente no local, data e horário designado. Segundo a Profissional 1 do Consultório da Rua “Não podemos desistir deles, a família já desistiu, os amigos já desistiram”. É preciso de um incentivo maior do governo federal para os municípios construam políticas públicas e de equipe técnica muito preparada que entendam seu papel com agente fomentador de direitos sociais e não que atrele o trabalho com uma simples caridade, dar as coisas. É preciso fazer um atendimento, criar um elo com as pessoas, promover políticas que contribua para que as pessoas saiam dessa situação de vulnerabilidade social da condução de rua.

As doações que alguns grupos que se solidarizam com as pessoas em situação de rua é importante é ótimo, mas é um trabalho de caridade daqueles grupos e não pode ser a principal

bandeira de trabalho do Consultório na Rua. Porque é preciso trabalhar com garantia de direitos, mesmo porque pode chegar o momento que os grupos podem não ter como fazer o trabalho, e como ficaria essas pessoas, sem comida? É preciso fazer um trabalho que eles tenham acesso ao restaurante popular, a comida subsidiada. A ação do Estado não pode ser assistencial muito menos pontual, mas geradora e garantidora de direitos sociais.

É necessário um olhar amplo, um olhar plural sobre a condição de rua, sobre o histórico de vida, o motivo que levou uma pessoa está na rua, quais as suas necessidades, quais os problemas social, econômico, ambiental e de saúde que os afligem. Não pode ser um trabalho isolado de uma secretária ou um programa como no caso do Consultório na Rua, mas um trabalho integrado com outras secretarias, um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, ou seja, um visão do todo para traçar estratégias e políticas públicas mais efetivas. Segundo a Profissional 1 do Consultório da Rua “Não adianta ir todo o dia pra rua se as equipes não parar e pensar as situações específicas”. Para superar a situação é preciso fazer um plano individual de cada pessoa assistida.

Hoje já se conseguiu avançar nesse sentido, principalmente, no abrigo que um trabalho da Secretária de Desenvolvimento Social, mas que a equipe do Consultório na Rua passa todos os dias para atender as pessoas, dar um feedback para os profissionais do abrigo. Agora foi adotado o prontuário único, onde é relatado o histórico social e de saúde daquele indivíduo. Agora há um trabalho conjunto das equipes e em parceria com as universidades para fazer um mapeamento e fazer um cruzamento das listas, dos cadastros para daí fazer um planejamento para pensar o que se pode fazer atender as necessidades individuais e coletivas das pessoas. Durante a pandemia houve um aumento da demanda e do trabalho, porém foi diminuído o valor do repasse do governo federal.

4.3. REFLEXÕES SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A SUA ESPACIALIZAÇÃO NA CIDADE DE MOSSORÓ (RN).

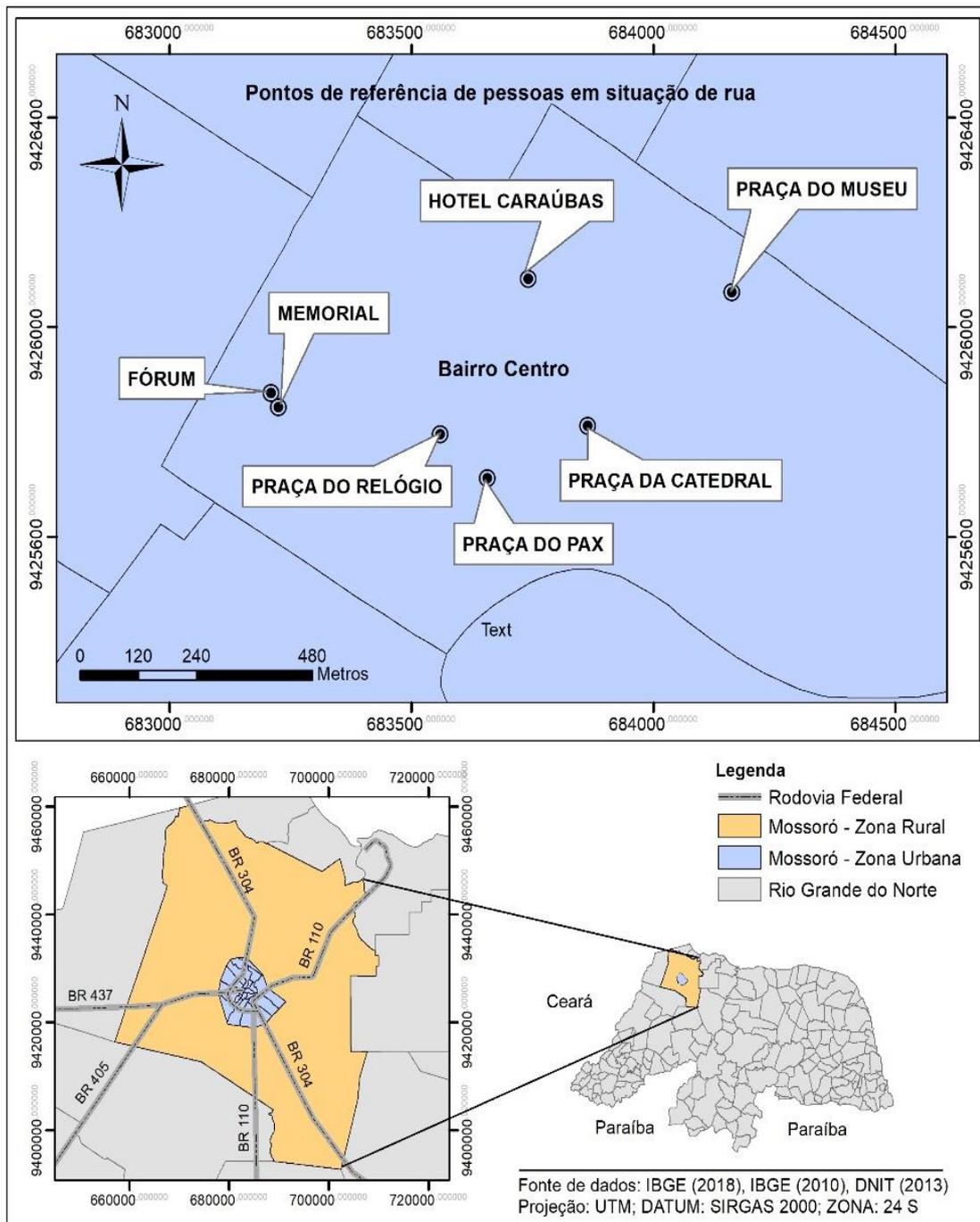
O quadro geral das pessoas em situação de rua em outras cidade do país pode ser considerado similar ao observado na cidade de Mossoró, nesse sentido é importante realizar uma reflexão sobre a condição dessas pessoas na conjuntura local, uma visão crítica, que levante questionamentos sobre a condição de rua, do que a causa, quais as consequências para vida dessas pessoas e da sociedade, é preciso desconstruir percepções naturalizadas que contribuem para invisibilidade e o estigma estereotipado dessas pessoas.

É preciso lançar um olhar amplo, solidário e político, com a capacidade de dá visibilidade aos problemas enfrentados pelas pessoas em situação de rua, que para além da exposição aos fatores estressores ambientais como, chuva, vento, sol, calor, frio, e o desconforto de dormirem em calçadas ou em colchões, caixas e papelões que servem de abrigo, elas também são expostas a violência, vícios, a ausência de uma alimentação equilibrada, a serviços de saúde e as condições mínimas de higiene pessoal, fatores que agravam ainda mais a possibilidade de contaminação por doenças, e mais recentemente, ao novo coronavírus.

As pessoas em situação de rua ficam exposta a fatores estressores de ordem socioambientais e econômicos que precisam serem observados e combatidos, visando atentes requisitos mínimos para vida com dignidade, que perpassam por conceitos como, equidade social, como preconizado pelo desenvolvimento sustentável. Todavia, o interesse do poder público por esses problemas é muito recente, isso se dá devido à pressão da sociedade e ao poder da própria população de rua de se organizar e reivindicar seus direitos.

Para uma melhor compreensão da condição de rua esse trabalho buscar pontuar o objeto de pesquisa como as Pessoas em situação de rua que tem como lugar de referência o centro da cidade de Mossoró. Segue abaixo a identificação desses pontos, Figura 1.

Figura 1. Mapa dos locais ocupados por pessoas em situação de rua no centro da cidade de Mossoró (RN), 2021.



Fonte: IBGE/2017; Pesquisa de campo, 2021. Elaboração: Elaborado pelo Autor, 2021.

De acordo com a Figura 1 é possível observar a espacialização das pessoas em situação que é expressiva no centro da cidade. Locais como a Praça do Museu, o Hotel Caraúnas, o Memorial de Mossoró, a região do antigo fórum (onde funciona atualmente a prática jurídica do curso de direito da UERN), a praça do Pax, a praça do Relógio e a Catedral de Santa Luzia são os pontos de maiores incidências de pessoas em situação e rua na cidade, sendo visível a situação de vulnerabilidade social e ambiental em que vivem essas pessoas.

É importante ressaltar que, a vulnerabilidade é composta por diferentes causas e fatores que são os responsáveis pela “exclusão social” de uma parcela da população. Entre eles, é possível desatacar, questões históricas, de etnia, de gênero e de orientação sexual, entre outras. São questões que fazem com que diversos cidadãos sofram com a falta de representatividade e de oportunidades. Com isso, se encontram em uma situação de desequilíbrio, pois não têm o mesmo acesso a oportunidades que outros grupos sociais.

Cabe destacar que um dos principais motivos para que isso aconteça é a educação precária, que faz com que a vulnerabilidade social seja cíclica, se repetindo a cada geração. Esse cenário é comum em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que, normalmente, enfrentam problemas políticos e socioeconômicos.

Durante a pandemia da Covid-19 é possível afirmar que essa situação de vulnerabilidade ficou ainda mais alarmante, autores como Santos (2020) destaca que a pandemia teve e tem nuances diferenciais entre os países do Norte e os países do sul global. O autor questiona como é a quarentena, por exemplo, de quem não tem casa.

Os sem-abrigo que passam as noites nos viadutos, nas estações de metro ou de comboio abandonadas, nos túneis de águas pluviais ou túneis de esgoto em tantas cidades do mundo. Nos EUA chamam-lhes os tunnel people. Como será a quarentena nos túneis? Não terão passado toda a vida em quarentena? Sentir-se-ão mais livres do que aqueles que são agora obrigados a viver em casa? Verão na quarentena uma forma de justiça social? Os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, slums, caniço, etc. Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não tem habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. Em resumo, habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade (SANTOS, 2020, p. 18).

O que se percebe é que, as muitas as incertezas do pós-pandemia e nos levam a refletir sobre múltiplas frentes: do ponto de vista social, econômico, o comportamento do mercado, a sustentação de grandes, médias e pequenas empresas; do ponto de vista social, a partir do

distanciamento social, da intensificação do uso de redes sociais e as angústias de se pensar como será a “nova normalidade”, como atende as demandas sociais das pessoas menos favorecidas como, por exemplo, as pessoas em situação de rua, na perspectiva ambiente, como serão desenhadas as novas relações entre o modelo econômico vigente e o meio ambiente, na perspectiva de cumprimento da Agenda 2030, e suas orientações globais para se pensar e implementar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, instituídos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), essas são preocupações inerentes ao momento que estamos vivendo (SILVA; SILVA; DUTRA, 2021).

Isto nos leva a refletir, sobre as diferentes pandemias que enfrentamos, a pandemia da fome, da falta de abrigo, do abandono social, e como diferentes grupos sociais, sem agregos, moradores de rua, trabalhadores informais, mulheres, refugiados estão enfrentando este momento, e nos remete a entender a importância do estado democrático de direito para a viabilidade de políticas públicas para atender as necessidades dessas populações.

Essa situação de incerteza e vulnerabilidade presentes em grandes e médias cidades é observável também na cidade de Mossoró. Existem, pontos que são frequentados de forma preferencial. A partir das observações realizadas é possível mencionar que são espaços que apresentam algumas condições necessárias as práticas diárias de sobrevivência dessas pessoas, pois as praças oferecem normalmente água potável, utilizada para regar as plantas ornamentais, que passa a ser utilizada para banhos e outras práticas de higienização, como lavar as mãos e até roupas, além de ser um recurso utilizado para lavagem de carros que é uma das atividades desenvolvidas também pelas pessoas em situação de rua que se ocupam “guardarem carros” no centro da cidade.

Ademais, as praças oferecem um mínimo de sombreamento ambiental, condição necessária para o mínimo de conforto térmico nos dias mais quentes, sobretudo, em locais como a praça do Museu que se observa maior índice de vegetação. Os frequentadores da praça do Museu, Figuras 2, 3, 4 e 5 apresentam os principais pontos frequentados pelas pessoas em situação de rua.

Figura 2. Praça da Catedral de Santa Luzia, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: o autor, 2021.

Figura 4. Rua Praça do Museu, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: O autor, 2021.

Figura 3. Praça do Pax, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: O aurtor, 2021.

Figura 5. Hotel Caraúbas, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: O autor, 2021.

Cabe destacar que aspectos ligados a sombreamento, acesso a água, comida (restaurantes), comércio, bancos, igrejas, centro cultural e outros equipamentos que dinamizam o centro da cidade e com isto possibilita que as pessoas em situação de rua possam desenvolver atividades informais, como, limpeza e lavagem de veículos, exercer a função de “guarda os enquanto os seus proprietários, fazem atividades bancarias, compras ou participam de celebrações religiosas, são fatores que potencializam a ocupação de pessoas em situação de rua nos centros urbanos, além do fluxo de pessoas contribuir para a prática de pedintes, no centro da cidades.

As figuras, 6, 7 e 8 ilustram mais três pontos de referência para as pessoas em situação e rua na cidade de Mossoró (RN), com destaque para o Memorial da Resistência de Mossoró, local que abriga um museu de exposições que destacam o tema do Cangaço e a resistência da cidade de Mossoró ao bando de Virgulino Ferreira da Silva (O Lampião), que tentou invadir a cidade no ano de 1927, esse ponto também apresenta um abrigo, com cobertura, arborização e é próximo à praça de alimentação do Corredor Cultural de Mossoró, com uma expressiva

movimentação de pessoas, sobretudo, à noite, nessa mesma localização encontra-se o antigo fórum da cidade, outro local de preferência das pessoas em situação de rua.

Figura 6. Rua -Praça do Relógio, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: O autor, 2021.

Figura 7. Praça do Fórum, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: O autor, 2021.

Figura 8. Memorial da Resistência, Mossoró (RN), 2021.



Fonte: O autor, 2021.

O que pode ser verificado a partir da pesquisa é que, as pessoas em situação de rua encontram-se expostas a uma série de estressores físicos e ambientais, além das questões sociais e de violência, sendo desafiador o engajamento da sociedade e os gestores públicos viabilizarem condições dignas de vida para essas pessoas. “Atualmente, no Brasil, existe o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Esse movimento tem como marco do seu surgimento o 4º Festival de Lixo e Cidadania, que ocorreu em 2005” (OLIVEIRA 2015, p.19). Todavia, ainda se faz-necessário ações efetivas por parte do poder público para que essas pessoas possam viver com o mínimo de dignidade.

As pessoas em situação de rua podem ser consideradas um desafio para a sociedade e para o poder público, para Costa, Mesquita e Campos (2015) essas pessoas sempre foram vistas com uma afronta a sociedade, o morador de rua é um transgressor, desajustado, uma ameaça à ordem estabelecida, por isso, é passível de punição. Nesse sentido, vale ressaltar que, até o ano de 2009, a mendicância – termo então utilizado para referir-se às pessoas em situação de rua – era considerado uma transgressão pena no Brasil, de acordo com o Artigo 60⁴ da Lei de Contravenções Penais” (OLIVEIRA 2015, p.19).

Nessa direção, é possível realizar a seguinte indagação: Como podemos resolver problemas de uma população que é praticamente invisível para a sociedade e ao mesmo tempo marginalizada por eles? Uma população que gera tão pouco interesse aos que detém o poder.

Para se formular políticas públicas é preciso primeiro enxergar a população de rua como parte integrante da sociedade. Honorato e Saraiva (2016) destacam que nesse ínterim, políticas públicas passam a compor não apenas o quadro da natureza objetivo da gestão, mas também da disseminação da ideologia predominante e que está ligada àqueles que dispõem de maiores recursos para determina-las.

No ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) assegura cobertura a população em situação de rua. A especificação desse atendimento a esse público socialmente vulnerável está em concordância com a nossa Constituição Cidadã, pois traz em seu texto a igualdade de direitos perante a lei. “No Brasil, um dos principais estudos sobre população em situação de rua, e que norteou a implementação das primeiras políticas nacionais voltadas para essa população, foi realizado, em 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”. (BRASIL, 2008, apud RESENDE, MEDENÇA 2019).

É preciso procurar assegurar um prato legal que atendam às necessidades mínimas da população em situação de rua. No Brasil de acordo com Costa, Mesquita e Campos (2015) a LOAS/1993 (*LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL*), traz em seu Artigo 23 a afirmação de direitos da população de rua: Na organização dos serviços, da Assistência Social serão criados programas de amparo; II – às pessoas que vivem em situação de rua”. Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial”

A maior parte dos municípios do Brasil demorou a aderir à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Conforme o Plano Municipal de Políticas para População em Situação de Rua de São Paulo, elaborado em 2016, o município adotou os princípios, as diretrizes e os objetivos estabelecidos no Decreto nº 7.053 em maio de 2013. Só então foi criada a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua e, sob sua gestão, o Comitê Intersetorial da Política Municipal para População em Situação de Rua – Comitê. Apesar da lentidão no cumprimento do Decreto nº 7.053, São Paulo é considerada uma cidade pioneira na execução de políticas públicas de assistência social. Editou a primeira medida de caráter assistencial em 1997. (RESENDE, MEDONÇA 2019, p. 7)

Em 2001, o Decreto nº 40.232 definiu a realização do censo da população em situação de rua e, além da contagem censitária, incluiu a necessidade de caracterização amostral de seu perfil socioeconômico. Em 2015, foi criado o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária, que visa fomentar a criação de cooperativas, e o Programa Operação Trabalho

PopRua, focado na geração de renda”. (RESENDE, MEDONÇA 2019, p. 7). Assim, na contramão dos poucos avanços e conquistas de direitos sociais e de atendimento à pessoa em situação de rua, a cidade de São Paulo, por exemplo, vem retomando políticas atrasadas que nunca obteve resultados positivos, pelo contrário, somente aumentaram o preconceito e a problematização da população de rua.

Nas palavras de Resende e Mendonça (2019), a partir de 2017, uma guinada à direita no executivo municipal em São Paulo renovou as forças das políticas higienistas e securitárias. É o caso da edição do Decreto nº 57.581, de 2017, que modifica o Decreto nº 57.069, de 2016, ao dispor sobre os procedimentos de zeladoria urbana quanto à abordagem das pessoas em situação de rua. Entre as alterações, estão a permissão de retirada de bens sem consultar a pessoa em situação de rua e a realização das ações de zeladoria em qualquer dia da semana e horário, sem necessidade de aviso prévio direto.

Ao trazer essa reflexão para cidade de Mossoró é aferir que as políticas voltas para as pessoas em situação de rua, ainda são inexpressivas e que o poder público ainda terá um longo caminho para atender essa população com o mínimo necessário para viva com dignidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações gerais é possível mencionar que a principal forma de tirar as pessoas da situação de vulnerabilidade social é investindo em educação. Por meio dela, é possível apresentar novos horizontes e a oportunidade de transformação de vidas. Isso porque o conhecimento e o acesso à informação podem levar ao crescimento intelectual, profissional e, conseqüentemente, financeiro. Dessa forma, um novo retrato social pode se desenhar para diversas pessoas.

Um outro ponto que merece destaque é a criação de políticas públicas para combater os preconceitos sofridos por essas pessoas, pois um dos motivos que podem levar pessoas à situação de vulnerabilidade social é o preconceito. Isso faz com que grupos de minorias sejam colocados à margem da sociedade, sofrendo com a desigualdade e com a discriminação. Por isso, é necessário criar formas de inserir esses indivíduos na sociedade, fazendo com que se sintam representados e amparados. Assim, é possível formar uma sociedade mais justa, onde, apesar das diferenças, todos são semelhantes em direitos e deveres.

É necessário a criação de políticas públicas que proporcione o mínimo de dignidade para essas pessoas, como abrigo social que acolham essas pessoas em tempo integral, ofertando espaço de dormida, alimentação, descanso, acesso a oficinas, palestras, orientação sobre doenças, cadeia de apoio para tratamento de dependência de álcool e drogas, acesso a defensoria pública quando necessário, construção de banheiros, container fixos ou móveis para que possam fazer sua higiene pessoal.

O que mais dificulta a realização de uma política pública que dignifique a vida dessas pessoas e ofereçam sua reintegração à sociedade e família é falta de um trabalho integrado entre vários setores públicos e da sociedade civil. Pensar e compreender o contexto das pessoas em situação de rua é abordar suas particularidades individuais e coletivas no âmbito da saúde, da moradia, da economia, do social e do ambiental. Um projeto integrado pelas diversas frentes que trace um perfil e programa individualizado e coletivo desses indivíduos, a criação de uma articulação integrada de políticas públicas para pessoas em situação é de suma importância.

As equipes devem ter em seus quadros profissionais que em primeiro lugar se identifiquem com o trabalho, profissionais técnicos e qualificados, equipe multidisciplinar, que possam ter oportunidade de conhecer outras frentes de trabalhos em cidades de referência no atendimento às pessoas em situação de rua, para aperfeiçoar e adaptar os trabalhos já realizados

e que obtiveram sucesso. Substituir a política exclusivamente assistencial por uma política pública efetiva de direitos sociais.

As pessoas em situação de Mossoró precisam se organizar enquanto grupo social para assim poder cobrar do poder público de forma organizada pautas importantes refletidas a partir de suas necessidades individuais e coletivas e de suas demandas.

É necessário acesso à educação e consciência política para assumir o papel de agentes de sua história. Essa compreensão dará liberdade política e contribuirá para cobrar políticas públicas que de fato atendam suas necessidades.

Os investimentos em políticas voltadas para o esporte e a cultura também podem apontar caminhos de combater a vulnerabilidade e a possível exposição de pessoas a situação de rua. O esporte e a cultura são dois caminhos viáveis – e comprovados – para a ascensão social. Sendo assim, o investimento nestes dois setores pode ajudar a reduzir os índices de vulnerabilidade do país, isso porque cria uma nova perspectiva para os jovens, fazendo com que busquem caminhos diferentes do que os que estão acostumados a ter acesso.

É possível também destacar a orientação e a capacitação profissional como caminhos possíveis. A dificuldade para encontrar o primeiro emprego é um dos motivos que levam pessoas a situações de vulnerabilidade. Isso porque entrar no mercado de trabalho é uma missão complicada quando não se tem um apoio inicial por meio de capacitação e orientação profissional. Para tanto, programas de aprendizes, trainees e cursos de desenvolvimento (profissional e pessoal) podem ajudar a mudar essa realidade. Dessa forma, além de inserido no mercado de trabalho, o jovem estará mais preparado para lidar com os desafios da vida adulta.

Vale ressaltar que as pessoas em situações de rua estão nessa condição não por desejo próprio, embora pode-se encontrar algum que deseje estar na rua, mas por realidades múltiplas como: quebra de vínculos familiares, desemprego, uso drogas e álcool, problemas com a justiça, mulheres que sofreram violência doméstica e ou abandono do cônjuge, problemas de saúde mental, dentre tantas outras situações.

Para atender a diversidade de necessidades que a condição de rua impõe as pessoas se faz necessário um trabalho conjunto entre os diversos setores da sociedade e geração de políticas públicas plural de abrangência coletiva e individualizada da situação de rua.

No que tange a sustentabilidade ambiental a condição de rua representa de Mossoró ainda deixar muito a desejar no que diz respeito a elaboração e adoção de Políticas Públicas que ao mesmo tempo pense no crescimento econômico também forneça meios de sobrevivência digna para as pessoas.

As pessoas sem situação de rua é uma retrato da extrema pobreza, pessoas que vivem sem casa, sem abrigo, sem comida, em condições insalubres de saúde e higiene pessoal. A adoção aos objetivos traçados pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável está muito aquém do ideal. É urgente que o governo tire do papel os objetivos e os mecanismo para se alcançar a ODS Agenda 2030, eles servem como norte para construção de uma sociedade onde não cabe mais pessoas vivendo em situação de extrema pelas ruas da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRIGO para pessoas em situação de rua será aberto amanhã, 07, com 52 cadastrados. [S. l.], 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/abrigo-para-pessoas-em-situacao-de-rua-sera-aberto-amanha-07-com-52-cadastrados>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- ARAÚJO, Amanda da Mota; SARAIVA, Ana Luiza Bezerra da Costa; GRÍGIO, Alfredo Marcelo. **Conforto térmico humano**: Um estudo de caso em três praças públicas no bairro centro, Mossoró (RN). Revista GeoInterações, Assu, v.1, n.2 p. 31-50 jul./dez 2017.
- BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo**: a globalização e o futuro da humanidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema. **Aprendendo a Entrevistar**: Como fazer entrevistas em ciências sociais. Vol. 2 nº 1. Revista eletrônica dos Pós-graduados em sociologia UFSC. Santa Catarina, 2005.
- BRASIL. Consultório na Rua. Ministério da Saúde, 2012. Disponível em <<https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>> acesso em 01 de junho de 2021.
- BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm> Acesso em 15 de maio 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção Primária Departamento de Saúde Familiar. Norma Técnica. Disponível em <<http://sisaps.saude.gov.br/notatecnica/frmListaMunic.php>> Acesso em 01 de junho de 2021.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Ministério da Cidadania – Secretaria do desenvolvimento social, 26 de junho 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em 12 de maio de 2021.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável**: dimensões e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- COSTA, Luiza Elena; MESQUITA, Vânia Maria; CAMPOS, Ana Paula. **Moradores de rua quem são eles?** Um Estudo Sobre a População de Rua Atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 2. 2015, p. 285-297.
- Departamento de Saúde Familiar. Norma Técnica. Disponível em <<http://sisaps.saude.gov.br/notatecnica/frmListaMunic.php>> Acesso em 01 de junho de 2021.
- FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0489>. acesso em: 30 maio 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em Pesquisa Social**, 6 ed. São Paulo: Atlas 2008.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; OLIVEIRA, Ana Carolina S. População em situação de rua e COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1064-1078, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200268>. Acesso em: 26 maio 2021.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Cidade, população de rua e estudos organizacionais**. Desenvolvimento em Questão. Editora UNIJUÍ n. 36 ano 14 out/dez 2016 p. 158-186. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.36.158-186>. Acesso em 12 de outubro 2020 as 15:50.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Demográfico. Panorama – Mossoró. 2017. . Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/mossoro.html>> Acesso em 30 de maio 2021

LENZI, Cristiano Luís. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: Eusc, 2006.

MEDEIROS, Jhêniifer Brena Soares. **Rede de atenção à população em situação de rua do município de Mossoró/RN**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

MOSSORÓ. Secretária de Atenção Primária a Saúde. Norma Técnica: Dispõe sobre informações sobre ações e Programas do Departamento de Saúde da Família. Departamento de Saúde da Família. Ministério da Saúde, 2019. Brasil, 2008

OLIVEIRA, Marília Melo. “**Acham que brotamos das fontes das cidades?**” Uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN 20. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

PAULA, Hermes Candido de *et al.* Sem isolamento: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia covid-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 73, n. 2, p. 1-8, 2020.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1.? **População de rua na cidade de SP aumenta 53% em 4 anos e chega a 24 mil pessoas**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-chega-a-mais-de-24-mil-pessoas-maior-numero-desde-2009.ghtml>>. Acesso em 19 Out 2020 as 21:20.

RESENDE, Viviane de Melo; MENDONÇA, Daniele Gruppi. **População em situação de rua e políticas públicas: Representações na folha de São Paulo**. Folha de São Paulo, DELTA vol. 35, n 4. São Paulo 02 dez 2019.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade**. (Programa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. 32p.

SÃO PAULO. Decreto nº 40.232 de 2 de janeiro de 2001. Regulamenta a [Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em:<<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12316-de-16-de-abril-de-1997/>>Acesso em 27 de outubro 2020.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andreia Vieira. **Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília - DF, out/dez 2018 v. 38 n° 4 p. 662-679. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>. Acesso em 13 de outubro 2020 às 16hs.

SILVA, Márcia Regina Farias da. SILVA, Carlos Ademir Farias da; DUTRA, Maria da Conceição Farias da Silva. Pandemia da COVID-19: Riscos e Incertezas na Sociedade Contemporânea. IN: I CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, **Anais...**, 2021. Disponível em: <https://www.eventoanap.org.br/eventos/paginas/evento/25/pagina/anais>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SILVA, Maria Alexandra Sabino. **Os determinantes de uma vivência na rua: um estudo com a população em situação de rua em Mossoró-RN**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço social) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016.

6. APÊNDICES

Apêndice 1.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM
DEPARTAMENTO de GESTÃO AMBIENTAL - DGE

ROTEIRO DO INQUÉRITO

(ENTIDADE, ONG, IGREJA, ORÇÃO PÚBLICO)

(O questionário é feito de forma genérica tanto pra entidades públicas quanto entidades da sociedade civil e ou religiosa, caso alguma pergunta não se aplique a sua entidade favor responder não se aplica)

1. Qual a sua entidade?

Nome da Instituição _____

CATEGORIA

- () Entidade Pública Federal
- () Entidade Pública Estadual
- () Entidade Pública Municipal
- () Entidade da Sociedade Civil Organizada sem fins lucrativos
- () Entidade Religiosa - Qual Religião _____

2. Existe algum dado reconhecido ou estimativa de quantas pessoas estão em situação de rua de Mossoró? Se sim, quantos?

3. Quantos pessoas em média sua entidade atende?

4. Qual o trabalho que sua entidade realiza com as pessoas em situação de rua?

5. O que você observa em relação a políticas públicas destinadas as pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró, o que é realizado e o que falta ser realizado?

6. Qual a sua percepção das pessoas em situação de rua na cidade de Mossoró?

7. Qual a sua percepção em relação ao meio ambiente de Mossoró (temperatura, poluição, lixo, enchentes e cheias nos períodos de chuvas) e o que isso pode afetar na vida das pessoas em situação de rua?
8. A Pandemia do Corona Vírus afetou a vida pessoal, a social e econômica no mundo todo. De que forma você acredita que a população em situação de rua foi afetada pela Pandemia?
9. No que diz respeito as ações de distanciamento social, higiene pessoal, uso de álcool gel, uso de máscara, como você acredita que as pessoas em situação de rua podem adotar uma ou mais dessas atitudes que possam ajudar a prevenir a Covid-19?
10. Nesse período de pandemia, o lema mais comum era fique em casa, mas você não tem casa, ou seja, como ficaram os que não têm casa, na sua percepção?
11. Com a Pandemia houve algum aumento na demanda de trabalho? É possível mensurar esse aumento?
12. A Pandemia afetou de alguma forma o seu trabalho junto a população de rua? De que forma?
13. No que diz respeito a Vacinação contra a Covid-19 para a população de rua, como está sendo realizado, quantas pessoas foram vacinadas?
14. Caso sua entidade tenha suspenso o trabalho realizado, quando parou e por quê?
15. Quais os maiores desafios que encontra no trabalho junto as pessoas em situação de rua?



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM
DEPARTAMENTO de GESTÃO AMBIENTAL - DGE

Apêndice 2.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Declaro que estou ciente e concordo em participar do estudo “**A VUNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE MOSSORÓ-RN**”, orientado pelo(a) **Prof(a). Orientador(a): Márcia Regina Farias da Silva**. Declaro que fui devidamente esclarecido quanto ao objetivo geral: “Analisar a realidade social, ambiental e econômica das pessoas em situação de rua do centro da cidade de Mossoró, RN sobre a ótica da sustentabilidade ambiental” e quanto aos objetivos específicos: Identificar as pessoas em situação de rua no centro da cidade de Mossoró; Caracterizar a realidade social, ambiental e econômica das pessoas em situação de rua do centro da cidade de Mossoró; descrever políticas públicas que atendam as demandas da população de rua da cidade de Mossoró, apontando formulação de políticas públicas voltadas a demandas da população de rua. Quanto aos procedimentos aos quais serei submetido: A um questionário contendo 15 perguntas pertinentes ao Tema da pesquisa, cujo as informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística Análise a qual tem como objetivo levantar dados estáticos e de cunho subjetivo. E dos possíveis riscos de ordem emocional (constrangimento/vergonha de a sua vida ser exposta) que possam advir de tal participação e que serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito aos participantes da pesquisa, apenas o discente CLAUDEMIR LOPES DA COSTA aplicará o questionário e somente a discente e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das diretoras das Instituições de ensino para a realização da pesquisa. Dessa forma, concordo em participar voluntariamente da pesquisa e autorizo sua publicação.

Assinatura do Aluno

Assinatura do Participante

Mossoró – RN,09/04/2020

Aluno (Aluno-pesquisador) - Aluno do Curso de GESTÃO AMBIENTAL da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Central Mossoró - RN, no endereço Av. Professor Antônio Campos, bairro Costa e Silva, CEP– 59610-210 Cidade – RN. Tel. (84) 3315-2145

Prof Márcia Regina Farias da Silva (Orientador da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) - Curso de Gestão Ambiental, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Central Mossoró - RN, no endereço Av. Professor Antônio Campos, bairro Costa e Silva, CEP– 59610-210 Cidade – RN. Tel. (84) 3315-2145

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) - Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n - Aeroporto Home Page: <http://www.uern.br> - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel.: (84) 3312-7032.

7. ANEXOS

Anexo 1.



DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

Ofício nº 006/2021 – DGA/FACEM

Mossoró, 13 de abril de 2021.

À SRA. JACQUELINE MORGADA DANTAS MONTENEGRO
Secretária Municipal de Saúde de Mossoró-RN

Assunto: Solicitação de entrevista

Prezada,

O Departamento de Gestão Ambiental – DGA/FACEM vem por meio deste solicitar os dados relativos aos projetos que vem sendo desenvolvidos por este órgão junto aos moradores em situação de rua do município de Mossoró (RN), como forma de contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso do discente **Claudemir Lopes da Costa**, intitulado "**A vulnerabilidade socioambiental da população em situação de rua no centro da cidade de Mossoró**", orientado pela professora Márcia Regina Farias da Silva. Ressaltamos que o objeto de estudo da referida pesquisa não necessita de apreciação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução n.510/16. De forma sucinta necessitamos das seguintes informações:

Nomes dos programas ou projetos que estão sendo desenvolvidos pela Secretária, junto a população em situação de rua, fomento (qual a fonte de financiamento e o valor), os objetivos desses programas ou projetos; números de pessoas atendidas, local de desenvolvimento das ações, se tiveram início antes ou depois da pandemia e tempo previsto de duração dos projetos e ações; e se possuem parcerias na execução.

Certos de sua compreensão e colaboração,
Agradecemos,

Atenciosamente,

Márcia Regina Farias da Silva
Chefe de Departamento de Gestão Ambiental
Mat.: 04537-3 Portaria: 536/2020 – GR/FUERN

Anexo 2

DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL
DGA/FACEM

Ofício nº 007/2021 – DGA/FACEM

Mossoró, 12 de abril de 2021.

À SRA. JULIANA GRASIELA DA SILVA DANTAS
Gerência Executiva de Proteção Social Especial de Mossoró-RN

Assunto: Solicitação de entrevista

Prezada,

O Departamento de Gestão Ambiental – DGA/FACEM vem por meio deste solicitar uma entrevista com representante dessa secretaria como forma de contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso do discente **Claudemir Lopes da Costa**, intitulado "**A vulnerabilidade socioambiental da população em situação de rua no centro da cidade de Mossoró-RN**", orientado pela professora Márcia Regina Farias da Silva.

Certos de sua compreensão e colaboração,
Agradecemos,

Atenciosamente,

Márcia Regina Farias da Silva
Chefe de Departamento de Gestão Ambiental
Mat.: 04537-3 Portaria: 536/2020 – GR/FUERN